

JOSÉ PEREGRINO ARAUJO DIAS

**RESGATE HISTÓRICO DA AÇÃO E DOS RESULTADOS DA EXTENSÃO RURAL
OFICIAL DO MARANHÃO (ACAR/EMATER-MA)**

SÃO LUIS

Maranhão – Brasil

Dezembro – 2007

**RESGATE HISTÓRICO DA AÇÃO E DOS RESULTADOS DA EXTENSÃO RURAL
OFICIAL DO MARANHÃO (ACAR/EMATER-MA)**

JOSÉ PEREGRINO ARAUJO DIAS

Engenheiro Agrônomo

Orientador: **Prof. Dr. José Ribamar Gusmão Araujo**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Agroecologia, da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Mestre em Agroecologia.

SÃO LUIS

Maranhão-Brasil

Dezembro – 2007

**RESGATE HISTÓRICO DA AÇÃO E DOS RESULTADOS DA EXTENSÃO RURAL
OFICIAL DO MARANHÃO (ACAR/EMATER-MA)**

JOSÉ PEREGRINO ARAUJO DIAS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Agroecologia, da Universidade Estadual do Maranhão para obtenção do grau de Mestre em Agroecologia.

SÃO LUIS

Maranhão – Brasil

Dezembro – 2007

**RESGATE HISTÓRICO DA AÇÃO E DOS RESULTADOS DA EXTENSÃO RURAL
OFICIAL DO MARANHÃO (ACAR/EMATER-MA)**

JOSÉ PEREGRINO ARAUJO DIAS

Aprovada em: 10/12/2007

Comissão julgadora:

Prof. Dr. JOSÉ RIBAMAR GUSMÃO ARAUJO (UEMA)
Orientador

Prof. Dr. ANTONIO CARLOS LEAL DE CASTRO (UFMA)

Prof. Dr. ANTONIO CARLOS REIS FREITAS (UEMA)

À minha esposa Celi e meus filhos Flávio e Bruno.

AGRADECIMENTOS

À DEUS, pela vida, sabedoria e poder infinitos.

Ao meu digno orientador JOSE RIBAMAR GUSMÃO DE ARAUJO, pela disponibilidade, competência, dedicação, paciência na busca do aperfeiçoamento deste trabalho, bem como pela sua característica positiva de rápida adaptação às mudanças do meio, que nos inspira nos momentos de dificuldades.

Aos colegas professores, doutores EVANDRO FERREIRA CHAGAS e ANTONIO CARLOS REIS FREITAS por suas contribuições para a melhoria desta dissertação e participação na banca examinadora.

À professora Maristela de Paula Andrade pela oportuna sugestão na escolha deste tema e sugestões para a elaboração desta dissertação.

Aos professores José Ribamar Silva Campos, Romel Pinheiro, Pedro Candóia de Araujo e Carlos de Jesus Carvalho, pela valiosa contribuição na crítica e na prestação de informações para a elaboração deste trabalho.

Aos ex-diretores da ACAR-MA, Abderval Pinto Bandeira e Raimundo João Barbosa Pinheiro, pela disponibilidade e pelas informações referentes aos primórdios da extensão rural no Maranhão.

Aos colegas de mestrado pela amizade, apoio e tolerância demonstrada durante a convivência no curso.

“Senhor, queremos poder enxergar.”

Mateus 20:33

SUMÁRIO

	LISTA DE TABELAS	
	LISTA DE FIGURAS	
	RESUMO	
	ABSTRACT	
1	INTRODUÇÃO	13
2	REVISÃO DE LITERATURA	15
2.1	Conceitos de desenvolvimento	15
2.2	A evolução do setor agropecuário brasileiro	16
2.3	A evolução do setor agropecuário maranhense	26
2.4	A evolução da extensão rural brasileira	28
3	MATERIAL E MÉTODO	33
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
4.1	A evolução da Extensão Rural maranhense	34
4.2	O Planejamento da ACAR EMATER-MA e instituições conveniadas	41
4.2.1	Projetos trabalhados pela ACAR/EMATER-MA	46
4.2.1.1	Projeto Soja	46
4.2.1.2	Projeto pecuária	48
4.2.1.3	Projeto Multiplicadores Rurais-ênfase agroecológica.	49
4.2.1.4	Projeto Campos Comunitário	51
4.2.1.5	Projeto Tomate	52
4.2.1.6	Projeto Abacaxi	54
4.2.1.7	Projeto FAO/ANDA/ABCAR	55
4.2.1.8	Projeto Crédito Rural	56
4.2.1.9	Projeto Capacitação de Recursos Humanos	59
4.3	Métodos e técnicas da Extensão Rural, utilizados pela ACR/EMATER-MA	61
5	OBJETIVOS	63
5.1	gerais.....	63
5.2	específicos.....	63
6	CONCLUSÕES	65

6.1	O produtor familiar foi assistido prioritariamente pela Extensão Rural maranhense	65
6.2	A Extensão Rural maranhense foi institucionalmente revisada, porém não democratizada	67
6.3	A ACAR-MA capacitava melhor que a EMATER-MA	68
6.4	A Extensão Rural Maranhense não teve o apoio da pesquisa	69
6.5	A deficiente infra-estrutura econômica e social do Estado do Maranhão afetou negativamente o desempenho da Extensão Rural maranhense	70
6.6	A Extensão Rural maranhense não apoiou o produtor familiar quando da reformulação da estrutura fundiária do Estado do Maranhão (lei Sarney)	72
6.7	A Extensão Rural maranhense, não optou pela sustentabilidade	73
	REFERÊNCIAS	74
	APÊNDICES	77
	ANEXOS	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Projetos de crédito/produtores/área de soja 1983/1993	48
Tabela 2 - Planos aprovados/valores liberados, período 1970/1979	58
Tabela 3 - Planos aprovados/valores liberados, período, 1980/1986	58
Tabela 4 - Eventos de capacitação de recursos humanos de 1972/1990	61
Tabela 6 - Metodologia de extensão rural utilizada de 1972 a 1979	62
Tabela 6 - Metodologia de extensão rural utilizada de 1980 a 1989	63
Tabela 7 - Metodologia de extensão rural utilizada no período 1990/1993	64

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Brasil - evolução da produção de grãos 1965 a 2004 (em milhões de t)	22
Figura 2 - Brasil- evolução da produção de grãos (em milhões de t)	22
Figura 3 - Área e produção de arroz do Estado do Maranhão de 1949 a 1957	27
Figura 4 - Escritório local, municípios e produtores assistidos de 1964 a 1994	39
Figura 5 - Participação percentual dos produtores familiares assistidos de 1980 a 1993 ...	40
Figura 6 - Evolução do percentual de participação financeira pelo estado do Maranhão de 1981 a 1993	41
Figura 7 - Produtores assistidos com pecuária de 1972 a 1992	49
Figura 8 - Crédito rural: planos elaborados e aprovados de 1972 a 1986	57

RESGATE HISTÓRICO DA AÇÃO E DOS RESULTADOS DA EXTENSÃO RURAL OFICIAL DO MARANHÃO (ACAR/EMATER-MA)

Autor: JOSÉ PEREGRINO ARAUJO DIAS

Orientador: Prof. Dr. JOSÉ RIBAMAR GUSMÃO ARAUJO

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi resgatar historicamente as ações e os resultados da ACAR/EMATER-MA, no período compreendido entre os anos de 1964 e 1998. Referidas análises foram calcadas basicamente, nos dados contidos nos relatórios anuais, nos relatórios de crédito rural e nos programas anuais da ACAR/EMATER-MA, entre os anos de 1972 a 1993, bem como em entrevistas com ex-funcionários e ainda na vivência do autor como extensionista rural. Referido resgate histórico permitiu estabelecer as particularidades da extensão oficial maranhense, (ACAR/EMATER-MA) tais como a categoria de produtores rurais priorizados pela assistência técnica e suas razões, o nível de participação permitido aos produtores rurais, as dificuldades advindas da transformação da ACAR em EMATER, particularmente a redução quantitativa e qualitativa da capacitação de seu pessoal técnico. Aborda também os equívocos e omissões conseqüentes destas dificuldades que constituíram as razões do comprometimento do desempenho dos resultados da ação extensionista maranhense.

Palavras-chave: Resgate. ACAR/EMATERMA. Categoria de Produtores. Participação dos produtores. Ações. Resultados. Dificuldades.

RESGATE HISTÓRICO DA AÇÃO E DOS RESULTADOS DA EXTENSÃO RURAL OFICIAL DO MARANHÃO (ACAR/EMATER-MA)

Autor: JOSÉ PEREGRINO ARAUJO DIAS

Orientador: Prof. Dr. JOSÉ RIBAMAR GUSMÃO ARAUJO

ABSTRACT

The objective of this work was to rescue historically the ACAR/EMATER-MA actions and results among the years from 1964 to 1998. The referred analyses were basically in the annual reports of ACAR/EMATER-MA, among the years from 1972 to 1993. It stands out the Maranhão official rural extension particularities, such as the producers category prioritized by the technical attendance and its reasons, rural producers participation level allowed, difficulties EMATER/ACAR transformation particularly, technical personnel's training quantitative and qualitative reductions. It also approaches the consequent misunderstandings and omissions of these difficulties, that constituted the commitment reasons of the Maranhão extension action results.

Keywords: Rescue. ACAR/EMATER-MA. Producers category. Producers participations. Actions. Results. Difficults.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento tem sido um conceito intensamente discutido e buscado por parte dos governantes quando da elaboração de seus planejamentos. Diversas políticas públicas têm sido estabelecidas com o intuito de atingi-lo. Contudo, referido conceito tem sido apresentado das mais diversas formas e sentidos, dependendo do objetivo de quem utiliza, carecendo assim de cuidados ao ser citado. Durante a expansão imperialista americana, o então presidente Truman utilizou o termo para salientar os EUA como nação hegemônica diante dos países então considerados de terceiro mundo, “...um lembrete daquilo que eles não são.” Observa-se que o conceito tem evoluído através do tempo, sendo um processo de melhoramento, “...a palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo simples para um mais complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor” enfatizado inicialmente seu aspecto puramente econômico, “para estes senhores, desenvolvimento passou a constituir um simples crescimento da renda per capita nas áreas economicamente subdesenvolvidas”. Na década de 60 foi acrescentado ao conceito o aspecto social do desenvolvimento, “a expressão ‘desenvolvimento social’ que pouco a pouco foi introduzida nos Relatórios apareceu sem qualquer definição, como um complemento meio vago para desenvolvimento econômico...” (ESTEVA, 2000).

Posteriormente o conceito de desenvolvimento evoluiu no sentido de contemplar o aspecto da sustentabilidade, como assinala Veiga (2001) “...não estamos falando de um desenvolvimento que... que está desertificando enormes áreas, poluindo as águas e o ar precarizando o trabalho, excluindo cada vez mais maiores contingentes de pessoas, quando não continentes inteiro como a África”, ou ainda como refere-se o Banco do Brasil (2004), “desenvolver com sustentabilidade é um desafio que demanda a elaboração de ações voltadas para o atendimento as necessidades essenciais da humanidade, respeitando-se as limitações do ambiente e as gerações vindouras”. Relativamente ao desenvolvimento do Maranhão agrário, destacam-se três fases, correspondentes a três momentos de intervenção de políticas públicas, conforme Oliveira (1997),

... o assentamento da mão-de-obra excedente do Nordeste Semi-árido em projetos de colonização, ... COMARCO, destinada tanto a assentar pequenos produtores em unidades familiares como em implantar grandes projetos agropecuários. A terceira vertente diz respeito ao financiamento da produção.

A extensão rural, inaugurado no Brasil na década de cinquenta e no Maranhão na década de sessenta, constitui-se uma das instituições mais importantes, com vistas ao desenvolvimento rural, uma vez que funcionou como destacado instrumento de

operacionalização das políticas públicas para o setor. Sua importância advinha, principalmente, da capacitação de seus recursos humanos, de sua abrangência e capilaridade na área rural que materializava-se com sua efetiva presença junto ao produtor rural. Uma discussão que se dá até os dias de hoje, refere-se ao fato, de a referida instituição, juntamente com o crédito rural, terem sido os principais alicerces à política de modernização da agricultura brasileira, qual seja, a Revolução Verde, promovendo prioritariamente o grande produtor rural brasileiro. Esta, aliás, é a principal crítica feita à ação do serviço de extensão rural brasileiro, conforme Bandeira et al. (2005), “estas organizações operavam, mediante convênios, as políticas públicas orientadas ao meio rural, especialmente o crédito rural, a assistência técnica e a organização rural para promover a modernização da agricultura brasileira.”

Este trabalho constitui-se, fundamentalmente, numa proposta de resgate histórico e análise das ações e dos resultados alcançados pelo serviço de extensão rural oficial do Maranhão-ACAR/EMATER-MA e ainda, buscando identificar as características particulares existentes na instituição. Para tal, basicamente, foram levantados dados referentes a ACAR/EMATER-MA, desde sua criação em 1962, até sua extinção já transformada em EMATER-MA, em 1998. Aborda-se o planejamento da ACAR/EMATER-MA, referentes aos programas, projetos desenvolvidos, particularmente as ações de crédito rural, bem como às culturas e criações trabalhadas em função dos diversos convênios assinados com as demais instituições que desenvolviam suas políticas no meio rural maranhense. São explicitados também a metodologia e técnicas típicas da extensão rural aplicadas pela ACAR/EMATER-MA objetivando atender seu público alvo.

Por fim, estabelecemos as principais conclusões obtidas, tais como referentes ao público prioritário da extensão maranhense, o nível de participação do público assistido, a evolução da capacitação dos recursos humanos da instituição, a questão do apoio da pesquisa agropecuária, da postura da instituição quando da reestruturação fundiária maranhense, da influência da infra-estrutura maranhense com relação ao desempenho da extensão rural, bem como de seu compromisso com a sustentabilidade ambiental.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Conceitos de desenvolvimento

A necessidade humana representa papel fundamental na vida do ser humano, uma vez que a busca da satisfação das referidas necessidades é que determina o desenvolvimento em todos os níveis. Por sua vez, o termo desenvolvimento recebe as mais diversas conotações de acordo com os diversos autores. Genericamente, é tido como um processo e como tal algo dinâmico; em constante evolução. Neste caso, o termo desenvolvimento tem um sentido positivo no dizer de Carvalho (1992) “...processo permanente de melhoria da qualidade de vida da maioria da população...”. Por outro lado, paradoxalmente, pode ser considerado como uma pecha, quando serve de comparação entre nações desenvolvidas e não desenvolvidas. Salienta-se a inadequação do termo desenvolvimento, utilizado por Truman uma vez que ao fazê-lo, classifica os demais países como sub-desenvolvidos, desconsiderando as características individuais de cada comunidade considerada. Segundo Esteva (2000), “...neste contexto, ela adquiriu uma virulência colonizadora insuspeitada”.

O desenvolvimento deve apresentar ainda um caráter de “permanência” significando que o processo deve atender de forma continuada as sempre crescentes aspirações e demandas das pessoas e das comunidades. Mais modernamente, diante de conseqüências indesejáveis de projetos conduzidos em nome do desenvolvimento, não mais satisfaz. Particularmente, quando nos referimos ao meio rural, onde qualquer ação exploratória traz como conseqüência, o desequilíbrio ambiental, mais do que nunca devemos qualificá-lo, para que se possa definir a que modelo desenvolvimentista nos referimos.

Considerando que conceituar atualmente, o desenvolvimento já é algo complexo, imagine realizá-lo, diante das exigências cada vez maiores em termos de competitividade. O diferencial a ser acrescentado ao conceito atual de desenvolvimento é o caráter da sustentabilidade, ou seja, assegurar crescentes melhorias na qualidade de vida, não somente das atuais, mas também das futuras populações que advirão, ou ainda no conceito apresentado pelo Banco do Brasil (2004) “...desenvolver com sustentabilidade é um desafio que demanda a elaboração de ações voltadas para o atendimento as necessidades essenciais da humanidade, respeitando-se as limitações do ambiente e as gerações vindouras”; acrescentando que referida melhoria deve contemplar a maioria da população considerada, a fim de não ser confundida com o conceito de crescimento econômico. Por sua vez em anotações de aula, Neves (2006)

refere-se ao processo do desenvolvimento na ótica da concentração dos recursos em determinados setores, como sendo “...uma questão de alocação de recursos.”

Referido processo deve também respeitar e incentivar o querer, o poder e o saber das comunidades, uma vez que nem sempre a própria comunidade, sequer tem consciência da necessidade da mudança, de tal forma que muitas vezes este querer, precisa ser despertado junto à comunidade, que nem sempre dispõe dos meios, (poder) para executar alguma mudança e ainda que a comunidade precisa saber realizar o processo da mudança. Saliente-se finalmente a necessidade de se realizar o desenvolvimento calcado em fundamentos cidadãos, que se resume no objetivo do desenvolvimento local/territorial, no dizer de Veiga (2001) “...é a realização do ser humano através da democratização do acesso a informação e as condições materiais e imateriais do desenvolvimento”. Para tal precisa-se atentar para os aspectos, sócio-culturais, político-institucional, ambientais, de gênero, étnicos e econômicos.

Modernamente não se concebe o conceito de desenvolvimento rural, fora do foco de uma agricultura sustentável que passa necessariamente pelos fundamentos metodológicos e científicos da agroecologia.

O enfoque da sustentabilidade, por sua vez, apresenta-se de forma multi-dimensional, quais sejam as dimensões ecológica e social, que significa, na visão de Caporal e Costabeber (2004) “...a manutenção e recuperação da base de recursos naturais”, intimamente ligada à dimensão ambiental, enquanto que na visão de Fretel et al. (2003) “...também possa ser equitativamente apropriado e usufruído pelos diversos segmentos da sociedade.” destaca as vertentes social e econômica, uma vez que considera a questão da apropriação dos resultados pela sociedade.

Além das dimensões econômicas, elemento básico na tomada de decisão dos produtores rurais, é a dimensão cultural, que significa a consideração do saber e reconhecer os valores da comunidade; além das dimensões política e ética.

2.2 A evolução do setor agropecuário brasileiro

O Brasil, como de resto os demais países periféricos, estabelece suas políticas econômicas de acordo com o contexto externo, no sentido de sobreviver ou mesmo de conseguir alguma vantagem comparativa. A depressão econômica mundial da década de 30 refletiu na economia e na política brasileira, no sentido da proteção e da estruturação de sua própria economia de forma a tirar proveito da situação externa. O governo Vargas, trabalhou

a ampliação da ação do governo na economia, buscando acelerar e ampliar o setor produtivo brasileiro e ainda controlar as relações comerciais internas e externas, exercendo o controle de preços e da produção de produtos brasileiros de exportação, tais como: café, açúcar, mate, sal, pinho e o pescado. Conforme Gonçalves et al. (2000), “A depressão mundial ocorrida nos anos 30 provocou expansão e modificação do papel do estado na área econômica.”

A deflagração da II Guerra Mundial constituiu-se outro fator externo importante para a economia mundial e brasileira. Com ela adveio o coroamento da hegemonia americana de forma permanente. Para tal, os EUA tomaram medidas com reflexos mundial, tal como afirma Esteva (2000) “...formularam uma campanha política em nível global “...criaram até mesmo um emblema apropriado para identificar a campanha.” Constituiu-se a era do desenvolvimento, sob o comando do presidente Truman, por volta de 1949. Com o intuito de dissimular a idéia da dominação voltada para o lucro, a nova proposta, com ares de modernidade propunha a base do crescimento e do progresso das áreas consideradas subdesenvolvidas. Neste contexto de radicalização do capitalismo no mundo, particularmente na América Latina no âmbito do setor agropecuária surge a Revolução Verde, com vistas ao aumento da produtividade das culturas e ampliação de mercados externos para os produtos industriais, tais como máquinas, motores e insumos químicos para a agricultura. O pós-guerra deu início a “Era de Ouro” para os EUA, com avanços econômicos e políticos na Europa Ocidental, na Ásia, África e América Latina, restando a ser contornado apenas o confronto EUA e URSS. A estratégia de expansão americana incluiu o lançamento do Plano Marshall, para a Europa, a Operação Pan-Americana, em 1959 e posteriormente, a Aliança para o Progresso, em 1961, voltada para a América Latina.

Concretamente, o Brasil tentou se proteger e mais uma vez procurou tirar vantagem da situação externa, estatizando os serviços privados de transporte marítimo e fluvial (SNAAPP) com a criação da Comissão de Marinha Mercante, controle das importações e exportações (CEXIM), do Banco do Brasil, criação da Companhia Vale do Rio Doce-1942, para controle do setor do aço e da mineração de ferro e construção de hidroelétricas, todas de importância vital na área da segurança nacional. Na oportunidade foi criada ainda a Fábrica Nacional de Motores, com vistas ao setor de aviação e transportes terrestres, e da Cia. Nacional de Alcalis, voltada para a produção de barrilha, insumo básico para o setor dos químicos. Neste mesmo ano, foi criado o Banco da Borracha, posteriormente transformado no Banco da Amazônia, para apoiar a produção da borracha, na Amazônia, importante insumo para o esforço de guerra.

A estratégia econômica maior foi a da substituição de importações visando a independência da economia brasileira relativamente à economia multinacional.

Na década de 50, ainda na gestão Vargas, influenciado pelas definições da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), o governo adotou como estratégia de desenvolvimento, “a industrialização via substituição de importações, com a expectativa de obter um crescimento acelerado, diminuição da dependência com relação aos países desenvolvidos e aumento das oportunidades de emprego no âmbito doméstico (LEITE et al., 1999).

No decorrer dos anos 50, a economia brasileira caracterizou-se por um enfoque voltado para o mercado interno, quando experimentou acentuado desenvolvimento industrial, com a contínua e ascendente interferência do governo na economia. Iniciou-se também o processo de planejamento, incluindo a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDE), em 1952, visando o financiamento da indústria pesada e do setor agrícola e modernização da infra-estrutura, a partir de injunções da Comissão Mista, Brasil Estados Unidos.

A segunda metade dos anos 50, o governo JK (1956/1961) deu continuidade ao processo, com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), com a ênfase na criação de empresas públicas de economia mista com flexibilização administrativa, maior controle de tarifas, na produção preços e distribuição de alimentos, haja vista a criação da Comissão Federal de Abastecimento (COFAP), da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB), entre outras. Com o objetivo de desenvolver a região nordeste, diminuindo relativamente às desigualdades inter-regionais, foi criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. De forma geral, a estratégia econômica brasileira da época é bem definida por Antunes (2000), ao afirmar que “...o capitalismo brasileiro, particularmente seu padrão de acumulação industrial desenvolvido desde meados da década de 50 e intensificado no período posterior ao golpe, tem uma estrutura produtiva bifronte ...”, quais sejam a produção de bens de consumo duráveis e produtos de exportação, tanto industrializados como produtos primários. Neste período, o País se volta para o capital externo, revertendo agora à dependência maior ao capitalismo multinacional.

A década de 60 garantiu a consolidação e reorganização do setor das empresas públicas, certamente em nome da segurança nacional. Caracterizou-se ainda pela estagnação econômica, pelo incremento do endividamento externo e crise financeira, a partir a partir de 1962. Surgiu a crise de alimentos e a elevação da inflação. O capitalismo é distorcido, as

empresas públicas são hegemônicas relativamente às empresas privadas. Na gestão Quadros foi elaborado o plano trienal, que incluía reformas administrativas, bancárias, fiscal e agrária.

O sistema econômico privilegiou o setor secundário em detrimento do setor primário. Relativamente à área rural, foi garantida a manutenção da estrutura agrária vigente até então, acompanhada da busca ao aumento da produtividade, apesar do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agricultura do Norte e do Nordeste (PROTERRA), que vigorou até 1977, voltada para a justiça na distribuição da terra.

Na década de 70, as exportações agropecuárias são incrementadas simultaneamente com o rápido crescimento da produção, através do programa de modernização tecnológica agropecuária, porém com a manutenção da estrutura fundiária. Nesta oportunidade, o crédito rural foi utilizado, tanto para custeio como investimento em grandes volumes e com grande abrangência e a juros subsidiados.

Este momento marcou fortemente a entrada de empresas estrangeiras na agropecuária brasileira através dos grandes projetos agropecuários desenvolvidos tanto na Amazônia, como no nordeste utilizando-se incentivos fiscais fartamente distribuídos.

As conseqüências, mais uma vez, foram a concentração da renda do setor, na mãos dos latifundiários, em detrimento da maioria da comunidade produtora rural brasileira, bem como a concentração da terra, fato, aliás, presente desde a chegada portuguesa. A radicalização da oligarquia agrária na busca da concentração da terra ensejou a organização de um movimento organizado no meio rural para fazer face ao avanço capitalista hegemônico, que se materializou no Movimento dos Sem Terra (MST), conforme assinala Antunes (2000) sobre o avanço da organização rural: “...houve continuidade do avanço do sindicalismo rural, em ascensão desde os anos 70 permitindo uma reestruturação organizacional dos trabalhadores do campo”. O autor ainda acrescenta que “...as fazendas e assentamentos organizados pelo MST, são exemplos quando se pensa no universo agrário brasileiro, suas potencialidades e suas brutais carências.” Relativamente ao latifúndio observa-se que este, se constitui uma distorção dentro do sistema capitalista, uma vez que a terra é uma fator de produção e não elemento de reserva de valor, principalmente neste momento capitalista com hegemonia do capitalismo financeiro, com imensas e sofisticadas formas de investimentos.

Os anos 80, considerados como “a década perdida”, quanto ao processo do desenvolvimento, caracterizou-se por alterações políticas e econômicas em nível mundial, tais

como a intensa expansão das empresas multinacionais, da formação de blocos econômicos, dos acordos de tarifas e comércio internacional, de mudanças nas relações do trabalho e crescente dependência ao Fundo Monetário Internacional (FMI), enquanto que na área econômica, inicia-se o estancamento do fluxo de empréstimo externo, bem como o redirecionamento do capital econômico para a Ásia. A reforma orçamentária intentada, leva a eliminação da base monetária como parte dos financiamentos rurais. Simultaneamente o crédito rural passa a contar com participação da caderneta de poupança e do Banco do Nordeste do Brasil, a partir de recursos financeiros oriundos de empréstimos públicos, e aplicados subsidiariamente.

O ano de 1989 foi particularmente importante para o Brasil e para o mundo em desenvolvimento, em função da realização do Consenso de Washington com suas respectivas recomendações de reformas fiscal, tributária, financeira, cambial, com as liberalizações e desregulamentações que irão refletir de forma definitiva no processo do desenvolvimento brasileiro até os dias atuais. Internamente, no Brasil, se dá a agitação política pela redemocratização, a realização da promulgação da nova constituição (1988) se estabelece o Projeto Nacional da Desestatização; com a hegemonia das empresas multinacionais e respectivo enfraquecimento das empresas nacionais, bem como a decadência dos investimentos internos junto às instituições brasileiras e a conseqüente redução do crédito rural, com o aumento dos encargos financeiros e das taxas de juros, no que pese a persistência do subsídio ao crédito rural, em função do projeto de modernização da empresa agrícola voltada para a exportação com a manutenção da base fundiária, que vigorou a partir dos anos 70.

Os anos 90, no Brasil foram marcados entre outros fatos, pela abertura de mercado, fim da substituição de importações e a corrida das privatizações, baseados nas reformas constitucionais. Para a área rural, não houve ênfase no sentido da reforma agrária e o PRONAF continuou sendo a grande ênfase.

Considerando-se o mercado global, altamente competitivo com ênfase nos baixos custos da produção e nas altas produtividades, o latifúndio apresenta dificuldades tais como: ser explorado racionalmente – o latifúndio tem se mostrado incompatível com a auto-sustentação econômica social e ambiental e com o compromisso com o social. O crédito rural subsidiado certamente prejudicou a evolução da agricultura, na medida em que os produtores,

confiados nos subsídios, não buscaram o aumento da produtividade das explorações. Uma tendência que ainda perdura na economia brasileira é a de privilegiar as exportações na busca de divisas, mesmo em prejuízo do abastecimento do mercado interno, “...em 2003, o Brasil já era o maior exportador mundial de café, fumo, suco de laranja, açúcar, álcool, carne bovina, couro curtido e calçados. Também, além de ser o segundo maior vendedor, detinha 38% do mercado de soja-grão; 44% do café solúvel e em agosto/04, ultrapassou os Estados Unidos, como o maior exportador mundial de carne de frango”, no que pese o tamanho do mercado interno de grande potencial (BANCO DO BRASIL, 2004).

As figuras 1 e 2 demonstram em duas perspectivas, a evolução da produção de grãos, onde se observa que a commodity soja inicia sua produção em 1970 com 5,01 milhões de toneladas, evolui de forma constante ano a ano, atingindo 49,78 milhões de toneladas em 2004, incremento de 895,6%, enquanto que o arroz, que em 1970 já produzia 7,17 milhões de toneladas, tem sua produção anual alternada com crescimento e decréscimo, de tal forma que em 2004 a produção atingiu apenas 12,81 milhões de toneladas, incremento de 198, 80% de crescimento, 4,5 vezes menor que o crescimento percentual da soja. A cultura do feijão, base protéica da dieta alimentar brasileira, que em 1970 figurou com uma produção de somente 2,29 milhões de toneladas, tem seu crescimento alternado com quedas de produção através dos anos e chega a 2004 com uma produção de apenas 3,03 milhões de toneladas, 32% de incremento, 298 vezes menor que o percentual de crescimento da soja (ANEXO A).

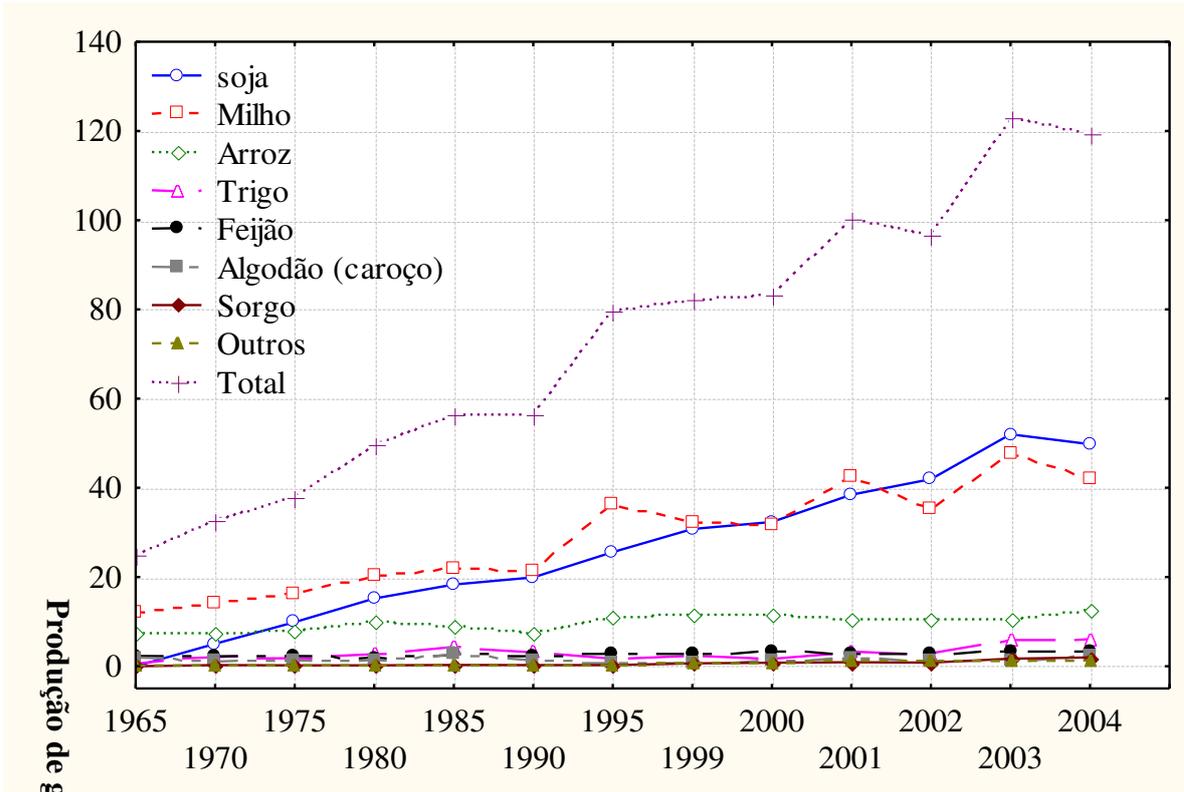


Figura 1 – Brasil - evolução da produção de grãos 1965 a 2004 (em milhões de t)
 Fonte: IBGE (1965-2003) e CONAB (2004). (IBGE, 1970, 1975, 1989, 1995)

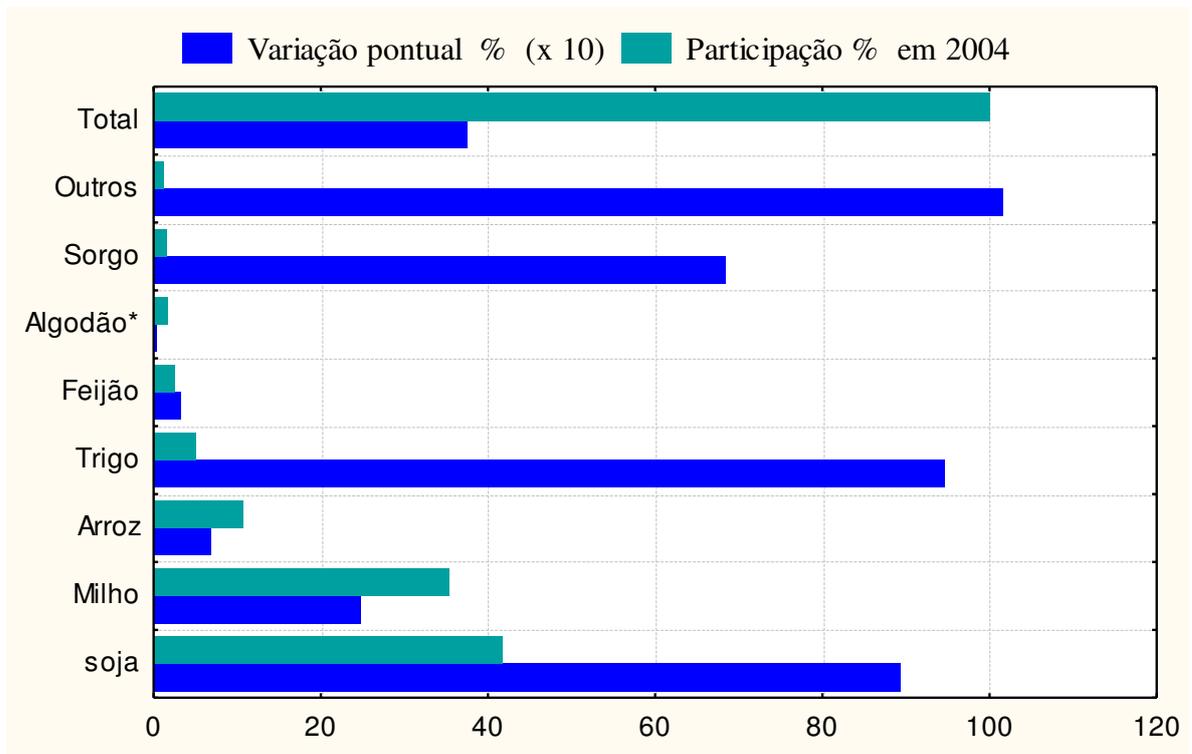


Figura 2 – Brasil- evolução da produção de grãos (em milhões de t)
 Fonte: IBGE (1965-2003) e CONAB (2004). (IBGE, 1970, 1975, 1989, 1995)

Pode-se observar também, a variação da produção, ao longo dos anos para as principais culturas e a representatividade destas culturas em termos percentuais para o ano de 2004, na previsão da Conab em 2004, (figura1) que revela a importância equivocada, que é dada aos produtos agrícolas de exportação em detrimento do abastecimento do próprio mercado interno, conforme O Banco do Brasil (2004), “em 2000, o nosso potencial de consumo teria chegado a US\$ 425,3 bilhões ...”, 30 milhões de pessoas nos centros urbanos, segundo o Pensa “...Em 2002 a capacidade de consumo de US\$ 1,3 trilhão tornava o País a sexta economia mundial ...”.

A economia capitalista funciona, baseada em três fatores, quais sejam; a terra o trabalho e o capital. Neste caso nos referimos ao capital financeiro. A economia brasileira, como ocorre nas áreas subdesenvolvidas ou em desenvolvimento carece historicamente deste recurso. No setor rural, altamente sujeito as influencias da natureza, esta afirmativa é mais enfática, o que torna o produtor rural, principalmente o produtor familiar, mais dependente dos detentores do referido fator.

Para suprir esta carência financeira é que surge o credito rural, que representa um adiantamento de capital financeiro, não disponível de imediato ao produtor familiar no que tange a investimentos e custeios

A política pública de crédito rural é particularmente estratégica, uma vez que funciona como indicador dos rumos e do ritmo do conjunto das prioridades que o poder publico pretende imprimir na economia.

No Brasil, o planejamento para o desenvolvimento tem início na década de 50 e a política de credito e de extensão e assistência técnica chegaram juntas no bojo do programa maior de ordem externa, a “Aliança para o Progresso”.

A Revolução Verde é o grande mote e as referidas políticas vêm em seu apoio. Nesta oportunidade, com vistas ao reforço da política de credito proposta, foram criados o Banco do Nordeste do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco da Amazônia S. A. (BASA).

A década de 60 demarcou a fronteira do planejamento brasileiro, considerando a revolução, verde de ordem externa e internamente, a implantação da estratégia política prioritária de desenvolvimento, calcado no setor industrial e na área urbana, que previa para o setor primário, um rápido crescimento da produção agrícola, a modernização da agricultura com a manutenção da estrutura fundiária vigente, com vistas a transformar o latifúndio em grande empresa rural permitindo a execução da estratégia da exportação, com menor dependência dos recursos naturais, da mão de obra e com incremento da dependência técnica

e financeira do setor primário relativamente ao setor secundário. Voltada para o abastecimento interno de alimentos o governo federal criou o Sistema de Abastecimento de Alimentos e Armazenamento Silos e Frigoríficos, que incluía a Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL) e a Companhia Brasileira de Alimentação (CIBRAZEM). Neste contexto, o crédito rural revelou-se como o mais importante apoio ao tipo de planejamento adotado, uma vez que oferecido em grande quantidade, principalmente ao setor secundário, subsidiado, de baixo custo e disponibilizado para as regiões adequadamente definidas. Desde o ano de 1965, o Crédito Rural passa a operar com taxas de juros reais negativas.

Este modelo de planejamento além de concentrador de renda e da terra, em virtude do subsídio, impediu um ritmo maior na busca do aumento da produtividade, diminuindo a competitividade das empresas, tornando-as eternas dependentes do apoio governamental para sua sobrevivência e desenvolvimento, realizado às custas da sociedade em geral.

A partir da década de 70, o crédito rural no Brasil passa a oscilar de acordo com o contexto econômico, tanto local como externo, porém com tendência a queda, a partir de 1974, no que respeita a quantidade dos recursos financeiros disponibilizados. No caminho inverso, os custos e as dificuldades de acesso tenderam a crescer. Conforme EMATER-MA (1982), “os números constantes no presente relatório comprovam uma tendência decrescente da participação relativa do Crédito Rural Orientado a partir de 1977, haja vista que até 1976, prevaleceu um constante incremento desta atividade...”. Nos anos de 78/79, em virtude da crise de alimentos, leva o governo a priorizar a agricultura, que se reflete no incremento do volume da oferta do Crédito Rural que vigorou até o final da década. No ano de 1976, a oferta do crédito é reduzida em função de indicadores de inflação, juntamente com a crise internacional do petróleo.

Os anos 80, além da movimentação política pela redemocratização levanta a questão do tamanho do Estado brasileiro e de sua eficiência, que envolve a reforma burocrática e leva à extinção e a criação de novos ministérios e órgãos de governo, providências estas, que extinguiu a Empresa Brasileira de Extensão Rural (EMBRATER). A oferta do Crédito Rural, por sua vez, recua em 1984, mais uma vez na onda da crise econômica, nacional e internacional e em 88 em função da redução da base monetária. O registro é feito, segundo o relatório anteriormente citado: “No Ano de 1982, entretanto, a queda foi mais acentuada, tendo-se como causas mais significativas desse decréscimo, a elevação das taxas de juros, a falta de recursos para investimentos e principalmente, a circular 706 que determinou ser desnecessária a formalização de proposta e a apresentação de planos

ou projetos para os créditos de custeio de lavoura amparadas por VBC referentes a safra 82/83” (EMATER-MA, 1982).

No ano de 1986 surgiram os Fundos Constitucionais para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Nos anos 90, sob a égide das privatizações, do declínio do sistema público de assistência técnica e extensão rural, o governo criou o Projeto Lumiar, com o objetivo de gerenciar o crédito rural e a assistência técnica junto aos produtores vinculados aos assentamentos públicos federais, agora assistidos pelas empresas privadas e pelas Organizações Não Governamentais (ONGs).

O Projeto Lumiar, sobreviveu até o ano 2000, quando foi extinto por falta de recursos financeiros públicos federais. Em seu lugar foi criado o projeto Novo Lumiar que foi sucedido em 1995, pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): “1995: criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar”. O PRONAF substituiu também o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) (BANCO DO BRASIL, 2004).

O PRONAF tem por objetivo principal, de acordo com Banco do Brasil (2004) “...o fortalecimento e a valorização do agricultor familiar visando integrá-lo à cadeia de agronegócios e proporcionar-lhe o aumento de renda e a agregação de valor ao produto e a propriedade, mediante sua profissionalização e modernização do sistema produtivo”.

O PRONAF integra o produtor familiar à cadeia do agronegócio na medida em que disponibiliza recursos financeiros para a compra de insumos industriais considerando que estes levam ao aumento da produtividade. Este fato traz conseqüências negativas para o produtor familiar quais sejam: o aumento dos rendimentos das indústrias pela transferência de renda do setor primário para o setor secundário, uma vinculação e uma dependência cada vez maior do produtor familiar com relação aos insumos externos, que é algo indesejável para a categoria em foco, bem como o estímulo ao crescimento da tecnologia dos químicos, que vai de encontro a sustentabilidade agroecológica. Por outro lado o estímulo que é dado no sentido da aquisição de produtos industrializados, rivaliza com o estímulo a aplicação dos recursos na fase posterior à produção, esta sim, importante para a colocação do produtor no âmbito do agronegócio.

Desta forma, se demonstra a profunda dependência entre o contexto externo e a economia brasileira; a hegemonia do setor secundário relativamente ao setor primário, com privilégio ao grande produtor no âmbito do setor primário, contando sempre com o apoio do crédito rural.

2.3 A evolução do setor agropecuário maranhense

Desde o século XVII, o Maranhão já figurava no contexto da colonização portuguesa, através da parceria do governo português, com o mercantilismo europeu, com a participação jesuítica e dos beneficiários das sesmarias e capitanias hereditárias. A economia agrícola era baseada na produção voltada para a subsistência, na prática do extrativismo, baseado na mão de obra indígena, juntamente com o desenvolvimento da pecuária, com a penetração do pecuarista nordestino até o século XVIII. Na seqüência, no mesmo século, com o Maranhão anexado à província do Pará, foi criada a Companhia Geral do Comércio do Gão-Pará, monopólio estatal voltado para a exportação de algodão, arroz e couros para a Europa, sendo que neste momento histórico, a mão de obra era escrava, negra, importada da África.

A exportação do algodão foi fator que respaldou o rápido crescimento das cidades maranhenses de São Luis, Caxias e Codó, até o século XIX, quando a concorrência do algodão americano, conforme comenta Meireles (1993): “O algodão, não obstante a qualidade da fibra do produto maranhense, tido como dos melhores do mundo, já cerca de 75% dele não vinha ultimamente conseguindo, nos mercados de exportação, qualificação superior às do tipo 9 e 8 , que são os piores em termos de técnicas de classificação ...”, aliado a libertação da mão de obra escrava, determina a quebra da burguesia rural maranhense de então, que voltou-se para o setor urbano industrial.

O Maranhão rural do século XX surgiu sob nova perspectiva econômica e social com a ocupação das ex-fazendas e principalmente das terras consideradas devolutas, estas em grandes quantidades, por ex-escravos, pequenos produtores rurais locais e migrantes nordestinos, conforme Meireles, (1993) “...os imigrantes nordestinos fossem estimados em número superior a 40.000 famílias.” No início da década de 50, que se estabeleceram com o sistema de roça itinerante; exploração consorciada com arroz, milho, feijão, mandioca, valendo-se da mão de obra familiar, voltada para a subsistência. Estabeleceram-se de forma pulverizada, principalmente no Vale do Mearim e faziam a produção de arroz crescer década a década (ANEXO A).

A produção de arroz no estado naquela década, teve seu pico de produção em 1952, atingindo 0,5 milhão de toneladas, o que representou uma elevação muito grande na produção, já que a área cultivada não teve um crescimento tão expressivo (figura 3).

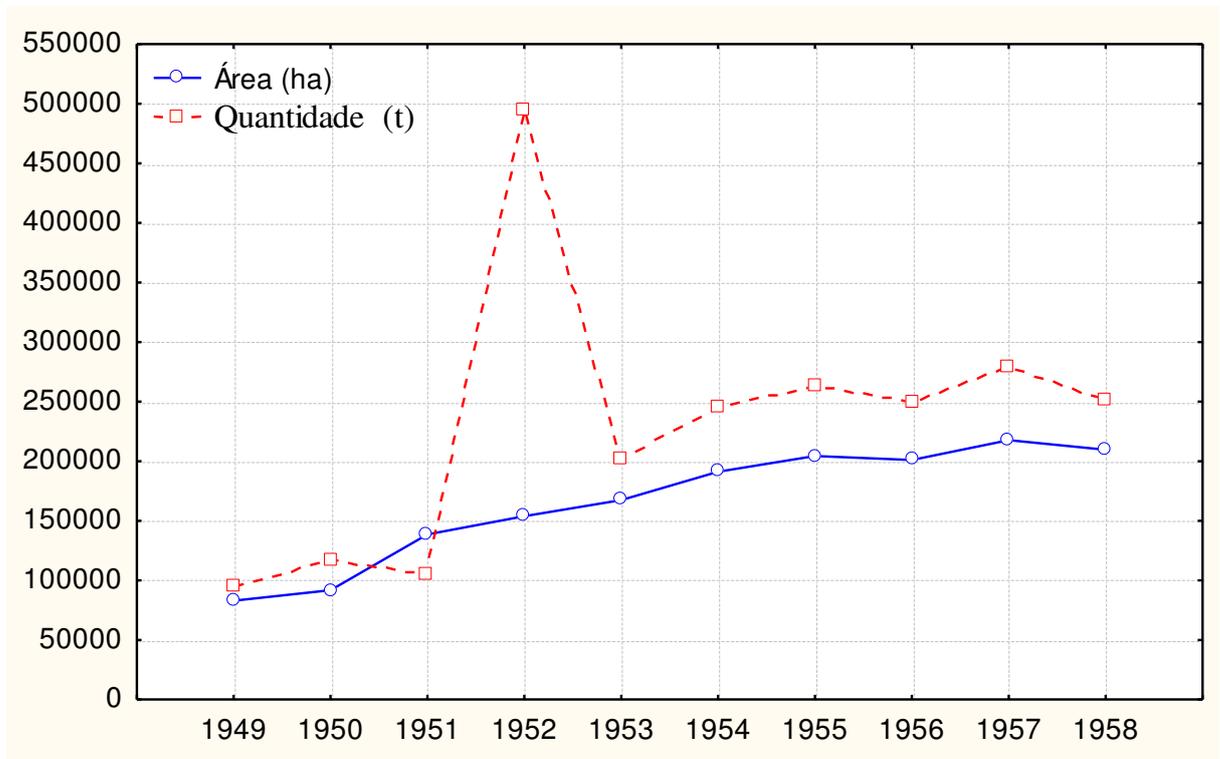


Figura 3 – Área e produção de arroz do Estado do Maranhão de 1949 a 1957

Meireles (1993) reforça ao acrescentar que “...aumentando progressivamente a produção, para atingir uma posição de destaque na balança comercial de nosso Estado, colocando-se em quinto lugar na produção nacional”, Curiosamente, esta evolução se deu sem a intervenção, inicialmente, de quaisquer política pública específica para o setor.

A ausência de uma política de governo no âmbito da agricultura leva a Associação Comercial do Maranhão a instituir a Campanha da Produção, com o objetivo, de acordo com Lacroix (2004) “...superar alguns dos cruciais problemas obstrutivos do desenvolvimento da produção agrícola do Estado”. A campanha da produção atuou entre os anos de 1948 e 1958.

O setor agropecuário- maranhense passou a ser palco de sucessivas intervenções governamentais sob a inspiração da hegemonia capitalista a partir do final da década de cinquenta. Em 1959, sob a alegação de diminuir o “gap” econômico entre as regiões sudeste e nordeste, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que foi submetida pelas oligarquias rurais. Inicialmente, propõe-se a organizar o fluxo migratório

espontâneo nordestino via projeto de colonização, no caso o Programa de Colonização do Alto Turiaçu-PCAT, que teve como executora, a Companhia Maranhense de Colonização do Nordeste (COLONE). Esta proposta foi, no entanto, distorcida, conforme Lago (1998), “...cita-se por exemplo, a venda de 90% destas terras “terras livres” por preços irrisórios a grandes grupos empresariais.

Na época, denúncias da Comissão Pastoral da Terra- CPT davam conta que o verdadeiro fim do projeto seria o estabelecimento de um farto repositório de mão-de-obra na região. Posteriormente grandes empresas do sudeste adquiriram vastas extensões de terra na região com fins exclusivamente especulativos, através da lei da terra; a lei Sarney, nº 2979/69 que previa a normalização das condições de venda das terras públicas do Estado do Maranhão. A Companhia Maranhense de Colonização COMARCO, órgão criado para regularizar e assentar produtores familiares, como para implantar grandes projetos agropecuários em terras públicas maranhenses. A COMARCO foi posteriormente transformada no Instituto de Terra do Maranhão (ITERMA). O próximo momento intervencionista foi estabelecido pela SUDENE, quando viabilizou o PROTERRA, com o objetivo da compra de terras e o financiamento da produção agropecuária e ainda os incentivos fiscais.

Posteriormente, na década de 80 surge outro importante movimento no setor agrícola maranhense, qual seja o avanço da exploração da soja no cerrado maranhense, precisamente na região de Balsas, estendendo-se atualmente no sentido da região do Baixo Parnaíba, atingindo o estado do Piauí, com conseqüente concentração da terra em detrimento da produção familiar, além do intenso desmatamento, característico do plantation.

2.4 A evolução da extensão rural brasileira

Modelo exemplar de intervenção estatal com vistas ao desenvolvimento do meio rural latino americano, brasileiro e de resto maranhense, desembarcou no Brasil ainda na década de 40 no bojo de programas hegemônicos americanos, tais como o Peace Corps, o Point four Program e Aliança para o Progresso, com o objetivo maior, não declarado da radicalização do capitalismo através da capitalização do meio rural brasileiro e declarado, segundo o Banco do Brasil (2004), “...com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de desenvolvimento da agricultura...” ou ainda na visão de Queiroz (2008), “ela esteve envolvida, foi instrumento de execução de toda a

grande estruturação da agricultura capitalista hoje posta”, qual seja o serviço de assistência técnica e extensão rural, oficial, público e gratuito.

O serviço de extensão rural brasileiro foi implantado oficialmente através da criação das Associações de Crédito e Assistência Rural, as ACARs, que como a própria sigla indica, priorizava o Crédito Rural e secundariamente, a Assistência Técnica Agropecuária.

O crédito era de caráter integral financiando desde o custeio das culturas, passando pelos investimentos em construções rurais, até aos custeios de atividades domésticas e sociais.

A primeira associada foi criada em 1949, no estado de Minas Gerais, a ACAR-MG, foi instituída como uma associação civil, sem fins lucrativos e nasceu sob o patrocínio da América International Association (AIA) em convênio com os governos brasileiro de Minas Gerais.

Além de participar com 50% dos custos de instalação da ACAR-MG, a AIA ainda treinava os técnicos recém contratados, enquanto a Caixa Econômica Federal responsabilizava-se pelos financiamentos agrícolas.

A extensão brasileira teve início penoso para os técnicos agropecuários e professoras da ACAR-MG. Sem ser consultado, o trabalho extensionista pegou os produtores rurais mineiros de surpresa.

A própria Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), no relatório de comemoração dos trinta anos da extensão brasileira nos dá uma idéia exata do quadro de dificuldade encontrado pelos extensionistas mineiros quando do lançamento de extensão no País. Eis o relato: “Surpresos e desconfiados alguns agricultores deixam seus instrumentos de trabalho na terra para ver quem chega pelas estradas poeirentas do interior: é gente da cidade. Pelo jipe, as roupas, o jeito de falar, isto ficou claro. São os extensionistas” (EMBRATER, 1978).

Este relatório ainda cita que “...os agricultores a princípio mostraram-se arredios com os estranhos. Como chegou aos pares, o homem vai para a roça aplicar formicida... A moça explica à dona de casa como fazer certos tipos de comida ...”. “Também ai ao início há desconfiança. Em algum tempo, agricultores e supervisores locais ficaram amigos, e depois compadres”. Vencidas as barreiras iniciais graças a dedicação dos técnicos e do forte aparato metodológico e financeiro, a ACAR-MG expandiu-se rapidamente no interior mineiro recebendo apoio do Escritório Técnico de Agricultura (ETA) Brasil-Estados Unidos, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal via convênios e financiamentos. O mesmo

relatório da EMBRATER assinala ainda as seguintes dificuldades encontradas pelos pioneiros mineiros: “As grandes distâncias, péssimas estradas, baixo níveis de renda de educação, de cultura, de saúde dos produtores rurais ” (EMBRATER, 1978).

Não levou mais que cinco anos para que se desse a consolidação da ACAR em Minas Gerais, e o modelo já era expandido para outros estados e regiões brasileiras. Assim, a Extensão Rural desembarcou no Nordeste em 1954, com a sigla Associação Nordestina de Créditos e Assistência Rural (ANCAR).

Os estados nordestinos escolhidos inicialmente foram o Ceará e Pernambuco. A ANCAR instalou-se sob o patrocínio do Banco do Brasil, do Banco do Nordeste e da Associação Internacional Americana (AIA).

Em 1956, o sistema tomou o caminho do sul do País, desembarcando nos estados do Paraná e Santa Catarina, utilizando absolutamente o mesmo modelo de seus predecessores e mais uma vez sob a iniciativa e patrocínio do ETA e da AIA além do Banco do Brasil, e particularmente com o apoio das prefeituras municipais via convênios assinados com a Associação Sulina de Crédito Assistência Rural (ASCAR), denominação tomada pelo sistema de extensão rural nos estados do Sul do País.

Com a expansão do sistema de Extensão Rural desde o Nordeste até o Sul do País, surgiu a necessidade de uma entidade que garantisse a unidade do modelo, que coordenasse suas ações de modo integrado e ainda que garantisse a alocação de recursos financeiros de forma centralizada junto aos órgãos nacionais e internacionais e lhe desse uma forma sistêmica.

Assim, no ano de 1956 foi constituída a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), criada pela iniciativa das próprias associações de créditos estaduais com o apoio do governo federal, além dos órgãos internacionais que instituíram as ACARs, ANCARs e ASCARs.

O sistema caminhou sem percalços até 1969, quando a mudança de enfoque da política e da economia multinacional voltada para a Ásia, bem como a conclusão da missão de estruturação do sistema de extensão brasileira, oportunizou a retirada do apoio da AIA , através do ETA. Sintomaticamente, instituições tais como o Instituto Brasileiro do Café-IBC e o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), também retiraram-se da junta governativa da ABCAR. A partir daí o governo brasileiro teve que assumir integralmente o financiamento do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica (SIBRATER), que paulatinamente repassou os

custos do sistema para o âmbito dos estados, o que permitiu crescente intervenção da política partidária local na administração das ACARs.

No âmbito externo o planejamento passa a focar o aspecto social juntamente com o aspecto econômico, conforme a resolução da ECOSOC 66, como afirma Esteva (2000): “Reconhecida a interdependência dos fatores econômicos e sociais e a necessidade de equilibrar o planejamento econômico com o social”, propicia a mudança do enfoque no bojo dos projetos da extensão rural brasileira, antes voltada unicamente para o econômico.

Os anos 70 sinalizaram fortes mudanças de estratégia multinacional com reflexos no setor agropecuário brasileiro como enfatiza Campos (1999):

O chamado Nacional-Desenvolvimentismo, que teve como expressão o varguismo no Brasil, praticamente desapareceu, principalmente porque a burguesia de diversos países se associou de várias formas às empresas multinacionais, que em nome da competitividade, valeram-se fortemente da tecnologia em detrimento da utilização de mão de obra.

A década de 70 foi palco também do surto mundial da informatização com o lançamento dos computadores pessoais e da rápida evolução das comunicações e transportes globais. Internamente, o Brasil reforçou a ênfase nas empresas mistas estatais, fato que propiciou a transformação das associações de crédito em empresas de assistência técnica e extensão rural.

Por outro lado, a década de 70 coincide com o início do declínio do prestígio dos sistemas socialistas, reforçando ainda mais a hegemonia do capitalismo no mundo.

Neste momento, o sistema teve que ser repensado, voltando-se para a execução das políticas públicas do governo da revolução através dos programas nacionais de saúde de nutrição e educação entre outros. O financiamento do sistema foi assegurado a partir do ano de 1971, quando ficou estabelecida a dotação de 10% de fundo de participação dos estados para a manutenção da instituição. Paralelamente as ACARs continuaram sendo abastecidas financeiramente através de convênios com órgãos federais para executar diversos programas, tais como de saúde e de alimentação.

Nesta oportunidade estavam sendo lançados diversos programas regionais financiados pelo governo federal, destinados ao meio rural.

O sistema viu nestes programas a possibilidade não só de garantir a manutenção das Associadas como também a expansão de sua área de ação. O Sistema Brasileiro de Extensão (SIBER), diversificou sua atuação de acordo com os programas governamentais existentes e conviniu com órgãos como PROTERRA, instituições participantes da construção da Transamazônica, da implantação dos corredores de exportação na região sul, e outras tais como: Programa de preparação de Mão de Obra (PIPMO), Superintendência do

Desenvolvimento da Borracha (SUDHEVEA), Departamento de Obras Contra Secas (DNOCS), Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), COBAL e CIBRAZEM.

O serviço de Extensão Rural brasileiro teve grande expansão na segunda metade da década de 70 em virtude do avanço do programa do Instituto Nacional de Alimentos- INAN/EMBRATER/Banco Internacional do Desenvolvimento (BIRD), voltado para as áreas rurais de baixa renda.

Referida expansão se deu graças a decisão externa do BIRD, no caso o financiador do projeto, conforme ratifica Esteva (2000) “...o Banco Mundial considerou-a particularmente atraente, pois parecia ser uma seqüência natural de seus experimentos com grupos alvos iniciados em 1973, quando a estratégia de desenvolvimento voltou-se para a população carente e pequenos produtores das áreas rurais”. Em 1975, as associações são transformadas em empresas, ACARs em EMATERs, a ABCAR em EMBRATER e o SIBER em SIBRATER. Com relação a gestão as Ematers eram caracterizada por ampla flexibilização. No dizer de Bandeira et al. (2005): “...tinham ampla autonomia e flexibilidade no que se refere à gestão de recursos humanos e financeiros. Entretanto, tinham pouca margem para levantar, reconhecer e trabalhar as demandas originadas nas comunidades e nos municípios”. Comentando o serviço de extensão na década de 90, complementa o mesmo autor em seguida:

Atualmente, muito mais próxima e dependente dos governos estaduais em termos de recursos e diretrizes, ocorre o contrário “...não há praticamente nenhuma autonomia administrativa e financeira... está mais á vontade para desenvolver seu trabalho a partir das necessidade demandadas pelos agricultores...”

Nos anos 80, o sistema obteve recursos, principalmente dos convênios com a EMBRATER/BIRD/Ministério da Agricultura e com o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) com vistas à assistência técnica aos assentamentos, enquanto que nos anos 90, o maior volume de recursos veio dos convênios com o BIRD e do próprio tesouro estadual.

3 MATERIAL E MÉTODOS

Em função das características deste projeto, para sua execução foi desenvolvida a seguinte metodologia:

Foram levantados, interpretados e analisados, os relatórios anuais de atividade da ACAR-MA / EMATER-MA, referentes às décadas de 60, 70, bem como os relatórios anuais de crédito rural da ACAR/EMATER-MA no mesmo período, o trabalho foi basicamente construído a partir de pesquisa documental.

Igualmente foi trabalhada a bibliografia pertinente, principalmente, relativas ao desenvolvimento comunitário, bem como as políticas públicas que foram utilizadas para o embasamento teórico do projeto.

Na mesma medida foram utilizados relatórios anuais de crédito rural, relativos ao Maranhão principalmente do Banco do Brasil, principal agência de crédito do estado do Maranhão.

Foram utilizados como parâmetros básicos, o número de Escritórios Locais, de Municípios e Produtores Assistidos, que foram citados e comparados década a década, ano à ano e entre anos e décadas.

Foram salientados também os maiores e menores resultados tanto dentro das décadas como entre décadas.

Foram utilizadas ainda bibliografia da lavra do próprio autor, abordando a organização rural, a extensão rural e o associativismo, especificamente.

Foram entrevistados 8 colegas de trabalho que atuaram na direção da extensão rural do Maranhão.

Foi lançado mão da experiência de 27 anos de militância do autor na extensão rural maranhense e 23 anos como professor de disciplinas afins nos cursos de agronomia e de medicina veterinária da Universidade Estadual do Maranhão-UEMA.

A solução de continuidade na descrição de diversos dados históricos, se dá em virtude da descontinuidade dos relatórios anuais, bem como em virtude da falta de uniformidade do padrão dos referidos relatórios.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A evolução da Extensão Rural maranhense

A primeira iniciativa no sentido do incentivo ao aumento da produtividade e da produção rural, no Estado do Maranhão se deu entre os anos de 1948 e 1958. Durante este período funcionou a Campanha da Produção, iniciativa da Associação Comercial do Maranhão, em parceria com governo do Estado do Maranhão.

A ACAR-MA, órgão oficial de extensão rural do Estado do Maranhão, foi instituída no ano de 1962, na gestão do governo Newton Belo, através do Decreto-Lei nº2236 de 28 de dezembro de 1962, com o objetivo explicitado em seus estatutos, de “provocar mudanças capazes de possibilitar conhecimentos necessários à utilização de recursos e estímulos disponíveis que conduzam a uma elevação do nível de vida do produtor rural” (ACAR-MA, 1972). O primeiro secretário executivo da ACAR-MA foi o Eng. Agro. Bento Moreira Lima, que exerceu o cargo nos meses iniciais da estruturação do serviço de extensão maranhense e foi sucedido pelo engenheiro agrônomo Abderval Pinto Bandeira, que instalou efetivamente o serviço de extensão rural do Maranhão, constituído pelo escritório estadual e 4 escritórios locais da então ACAR-MA, no ano de 1964.

~A ACAR-MA, constituiu-se em seus primeiros momentos do escritório central, instalado em São Luís na esquina das ruas Barão do Rio Branco com a rua dos Afogados e de quatro escritórios locais estabelecidos nos municípios de Pedreiras, Bacabal, Coroatá e Pindaré, respectivamente, sendo que este último foi remanejado para Santa Inês, por não apresentar estrutura adequada para a instalação do escritório.

O governo do estado e a ABCAR através de convênios, bancaram inicialmente a instalação da ACAR-MA, além da participação das prefeituras dos referidos municípios que garantiam eventualmente as instalações físicas dos escritórios locais. A seleção dos municípios a serem inicialmente trabalhados, se deu em virtude do volume de suas produções agrícolas, bem como do acesso e da proximidade com a sede central, em São Luis.

A estrutura técnica dos escritórios locais era composta por um agrônomo e uma professora de nível médio. O primeiro, voltado para as questões agropecuárias enquanto que a segunda voltava-se para as questões sociais do produtor rural e sua família. Desta forma, no final da década de 60 a ACAR-MA já possuía 20 unidades operativas, relativo a um

incremento de 400%, 3 escritórios regionais e a abrangência passou de 4 para 22 municípios atendidos, com incremento de 450%. O número de técnicos locais, evoluiu de 6 para 48, num acréscimo de 533%. No ano de 1969, a ACAR-MA, assistiu, presumivelmente, (não se dispõe de relatórios) 2.400 produtores rurais, desde que se considere uma média de 50 produtores assistidos por técnico (ACAR-MA, 1972). Segundo a EMATER-MA (1976), em 1975, a ACAR-MA foi transformada em Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Maranhão, “...criada em substituição à ACAR-MA pelo Decreto nº 5932, de 26 de dezembro de 1975, o qual regulamenta os dispositivos da lei estadual nº 3671, de 17 de outubro do mesmo ano e institui os seus estatutos”. A então recém criada EMATER-MA, foi caracterizada como “...uma empresa pública estadual, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Agricultura e integrante do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER)...” cujo objetivo era “...difusão de conhecimento de natureza técnica, gerencial, econômica e social, para aumento da produção e produtividade agrícolas e a melhoria das condições de vida no meio rural do Estado do Maranhão ...” EMATER-MA (1976).

A transformação da ACAR-MA em EMATER-MA, muda ligeiramente o foco do objeto da ação, inicialmente voltado para o produto e posteriormente, concentrando maior ênfase na comunidade. O advento dos “projetos especiais”, oportunizaram um rápido crescimento do sistema, de tal forma que entre os anos de 1974 e 1976, o número de técnicos locais, saltou de 201 para 279, representando um incremento de 39%, enquanto que o número de unidades operativas, cresceu de 63 para 72, num crescimento de 12,5%. Curiosamente, o número de produtores assistidos no mesmo período, declina de 9.898 para 7.093 EMATER-MA, (1976).

Esta redução na abrangência poderá ter sido consequência, da concentração de esforços voltados para a implantação dos projetos especiais em detrimento das ações de assistência técnica. Segundo EMATER-MA, (1976), “...por último, vale sublinhar que em 1976 foram empreendidas as atividades preliminares de estudo e de identificação do público para operacionalização dos projetos destinados a produtores de baixa renda”. Neste documento consta como objeto da ação extensionista: “...difusão de conhecimento de natureza técnica, gerencial, econômica e social, para o aumento da produção e produtividade agrícolas

e a melhoria de vida do meio rural ...”. Até 1975, a extensão rural maranhense contou com forte apoio do governo estadual. A partir de 1976 com suporte financeiro oriundos dos programas voltados para os então chamados, “produtores de baixa renda”, a exemplo dos programas do Instituto Nacional de Alimentação (INAN), do POLONORDESTE e do Programa Nacional do Desenvolvimento da Pesca (PESACART).

O relatório do fim da década de 70, no entanto, continua a enfatizar o enfoque produtivista da extensão rural brasileira, quando relata o objeto da ação extensionista: “...fazer os produtores absorverem uma tecnologia adequada que lhes dêem uma maior produção e produtividade de ...” (EMATER-MA, 1979).

Com relação ao item produtor assistido, observa-se que a partir de 1977, a totalização dos produtores assistidos, passou a referir-se à produtores assistidos com repetição. Esta nova metodologia explica o crescimento repentino do número de produtores assistido. A propósito, EMATER-MA (1976) refere: “O público assistido diretamente em 1976, ascende a 7000 produtores rurais, o que corresponde a 98% do total programado, sem repetição”. Segundo EMATER-MA (1979), entre os anos de 1978 e 1979, o número de técnicos no campo, evolui em 21%, enquanto que o número de produtores assistidos, evolui em 88%. A década de 70 representou um momento de ênfase para a extensão rural maranhense. No final da década de 70 a EMATER-MA, contava com 387 técnicos locais, atendia 122 municípios, através de 13 unidades regionais e 100 unidades locais. Com esta estrutura a ACAR-MA, atendeu na década 53.484 produtores rurais.

A década de 80, em razão da intensificação da ação da extensão rural maranhense junto a produção familiar desde a década anterior e particularmente neste ano junto ao público da reforma agrária, acena com o conceito da ação participativa, “...sua maior e melhor participação no processo de planejamento e decisão ...”. O instrumento programático da EMATER-MA reforça a ênfase na organização e participação do público assistido, como sendo o objeto da extensão maranhense, qual seja: “a melhoria sócio-econômica do produtor rural e sua família, através do aumento de sua produção, da elevação da produtividade de seus fatores de produção, do incremento da renda real e de sua maior organização e poder de participação” EMATER-MA, (1985).

Os objetivos da EMATER-MA, se sucedem através das décadas, conforme referem-se seus sucessivos PROATERS. “...Alicerça a EMATER-MA este seu programa, nas

diretrizes do Governo do Estado para o setor primário maranhense e nas linhas de ação emanadas do Ministério da Agricultura para atuação do SIBRATER, a nível nacional” EMATER-MA, (1986). Somente na década de 80 a preocupação com a participação do produtor familiar é considerada, apesar de esbarrar no baixo nível organizativo dos produtores familiares, considerando que neste momento, a empresa se voltava para o trabalho com o público da reforma agrária em razão dos convênios estabelecidos com o INCRA.

Segundo EMATER-MA (1988), “...sua elaboração é resultante de um processo interativo das diretrizes federais e estaduais com as condições e interesses dos produtores rurais ao nível das comunidades assistidas ...”. “O objetivo fundamental da EMATER-MA era a difusão de conhecimento de natureza técnica, gerencial, econômica e social de acordo com as políticas de ação dos Governos Federal e Estadual.”

Na oportunidade em que as ACARs foram transformadas em EMATERs, o SIBER foi transformado em SIBRATER, passando a considerar integrante do sistema de extensão rural, além das empresas estaduais, a iniciativa privada.

Neste momento, o sistema oficial de extensão rural brasileiro se estabeleceu em todas as regiões brasileiras, com exceção do estado de São Paulo que vinculou suas ações de Assistência Técnica e Extensão Rural à secretaria de agricultura do Estado.

Na década de 80, o número de unidades operativas avançou de 101 para 132, num incremento de 30,6%. As unidades regionais foram reduzidas de 13 para 8, numa redução de 38%. Os municípios atingidos passaram de 122 para 129 municípios, num percentual de apenas 7%, enquanto o contingente técnico local não evoluiu. Segundo EMATER-MA (1979) houve um incremento de mais de 90% no item produtor assistido, como resultado da utilização dos “grupos de influência”, uma vez que não houve um aumento no contingente técnico operacional. De acordo com a EMATER-MA (1989), um fato relevante, consequência da implantação destes projetos de baixa renda, foi o da consolidação da prioridade da assistência da ACAR-MA/EMATER-MA, ao produtor familiar maranhense, com tal ênfase que no ano de 1989, 98,5% do público atendido, tratava-se de produtores familiares.

O relatório do ano de 1989 indica que 20,60% dos técnicos de nível local se encontrava à disposição de outras instituições, sinalizando o advento de graves questões que culminaram com a extinção da Empresa em 98. Saliente-se que a EMATER-MA, inovou nos anos 80/90, com a instalação de unidades operativas distritais, estabelecidas em nível de comunidades

rurais, passando de 12 unidades distritais em 1985 para 20 em 1991, fato que justifica o relativo aumento de unidades operativas no período sem o respectivo aumento da abrangência em termos de municípios atendidos.

A década de 90 representou a década da decadência e do encerramento definitivo das atividades da extensão no Maranhão.

Entre os anos 1990 e 1994, (últimos relatórios disponíveis) o número de unidades locais caíram de 146 em 1990 para 126, em 1994, (último relatório disponível) num percentual de menos 13,69%. O número de escritórios regionais permaneceu (13 escritórios), enquanto que os municípios atendidos também não evoluíram, permanecendo em 126. O contingente técnico no campo, em 1992 era de 286, enquanto que em 1994 decresceu para 253, ano em que a programação local contou apenas com 244 técnicos.

No período entre 1990 a 1994, na medida em que se reduz o número de técnicos, de escritórios e de aporte financeiro, paradoxalmente os registros relatam o incremento de 80% no percentual do público assistido, chegando a contabilizar um alcance de 66.476 produtores no ano de 1993 (EMATER-MA, 1993).

Em resumo, extensão rural maranhense evoluiu de forma rápida, até a década de 80, quando a partir daí passou a apresentar desacelerações até o ano 1998, quando foi definitivamente extinta, durante o primeiro ano do governo de Roseana Sarney, conforme demonstra a figura 4 (APÊNDICE A).

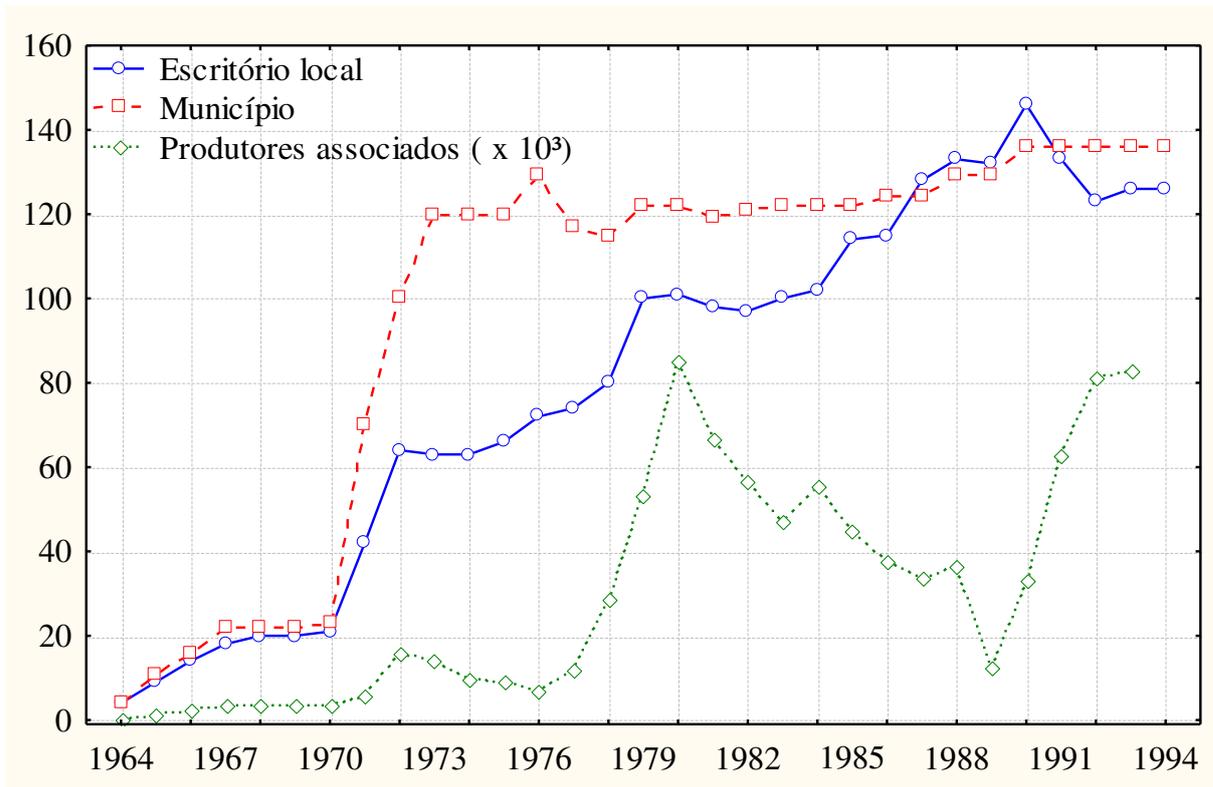


Figura 4 – Escritório local, municípios e produtores assistidos de 1964 a 1994

Quanto ao conteúdo programático das ações desenvolvidas junto ao produtor rural, saliente-se que desde o início da ação extensionista maranhense, não passava pela decisão do público alvo, nem dos técnicos executores da ação. Ao contrário, a programação já chegava com suas linhas gerais determinadas pela ABCAR e depois pela EMBRATER, em nível nacional, cabendo a ACAR-MA, inicialmente, e a EMATER-MA, posteriormente, em nível estadual, apenas, adequar referida programação à realidade local, tanto no que tange aos produtos a serem trabalhados, bem como às políticas públicas de interesse do Estado.

Juntamente com a programação, a ABCAR, até 1975, fornecia ainda todo um sistema codificado de acompanhamento e controle que permitia a consolidação das informações a nível local, estadual e nacional.

A extensão rural brasileira é criticada por voltar-se prioritariamente para o grande produtor, por conta de sua missão de apoiar a modernização da agricultura no bojo da revolução verde. Vilela et al. (2006) acentuam que “...desta forma, os produtores com menor capacidade de resposta,... foram sendo alijados do processo ...”. “No Brasil as políticas públicas são criadas em função das prioridades do governo e dos partidos políticos”

Contudo, no caso particular da ACAR/EMATER-MA, seguramente este fato jamais se deu, em função da quantidade de produtores familiares existentes, do volume de

suas produções, da estrutura fundiária vigente até então, da ausência do grande produtor na área rural, bem como da baixa capacidade empreendedora dos grandes produtores rurais na época e do desenvolvimento dos programas denominados de baixa renda, implementados a partir da década de 70 pela ACAR-MA/EMATERMA, e dos convênios realizados com, o INCRA, com vistas aos produtores envolvidos assentamentos da reforma agrária. Relativamente ao percentual de produtores assistidos, o relatório EMATER-MA do ano de 1980, refere: “Deste público atingido, menos de 1% se caracteriza como grande produtor, 20% como médio e 79% como pequeno produtor”. O relatório EMATER-MA do ano de 1993, explicita: “A empresa assistiu 83.096 unidades de produção das quais 89,8%, chefiadas por pequenos produtores.”.

Durante o ano de 1990 a EMATER-MA atingiu o recorde de atendimento ao produtor familiar, chegando 98,8% (APÊNDICE A) do seu público atingido, conforme demonstra a figura 5.

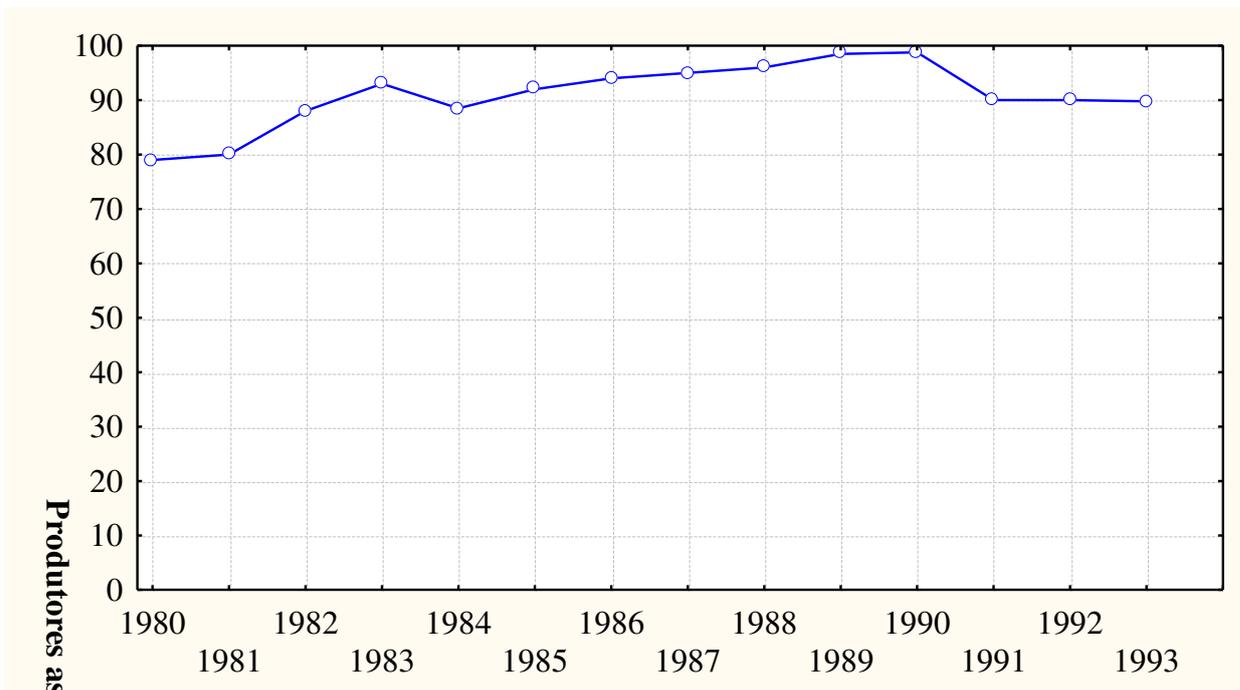


Figura 5 – Participação percentual dos produtores familiares assistidos de 1980 a 1993

Quanto à participação financeira na ACAR/EMATER, pelo governo estadual (Fundo de Participação do Estado-FPE, a maior participação foi de 96,50% no ano de 1993 (APÊNDICE A) e a menor de 13,30% no ano de 1986, conforme a figura 6.

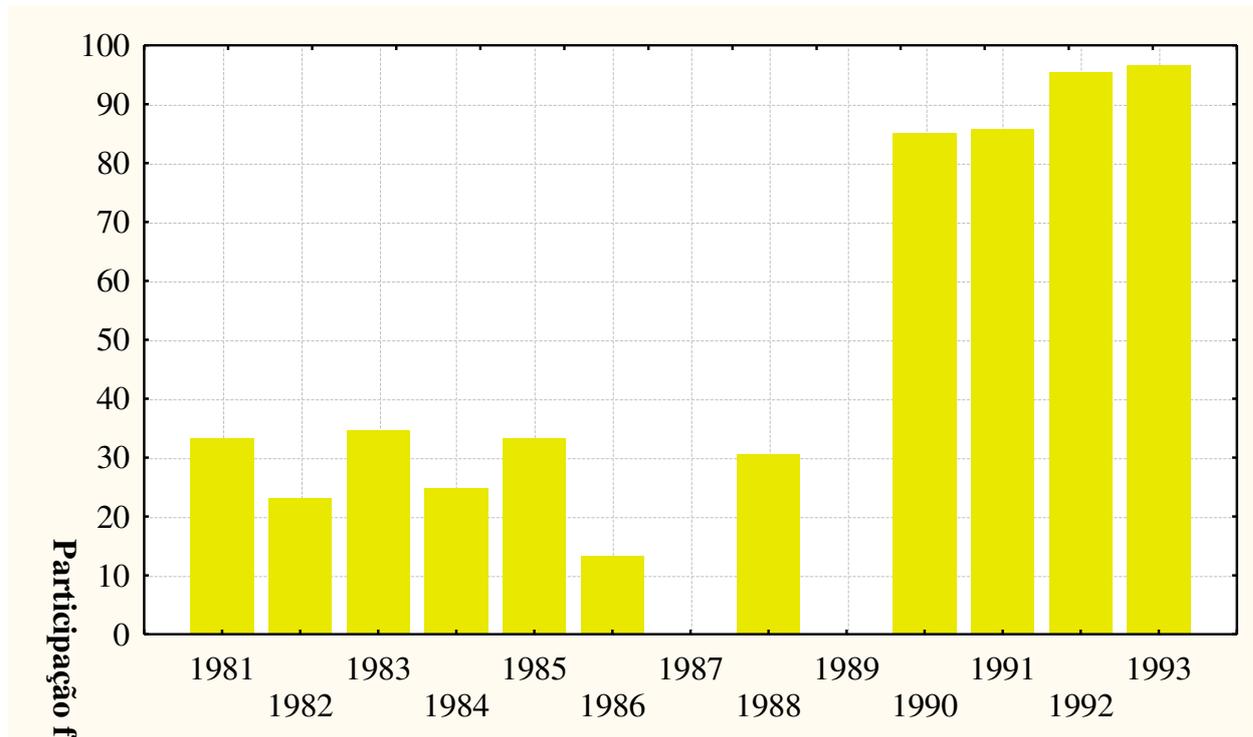


Figura 6 – Evolução do percentual de participação financeira pelo estado do Maranhão de 1981 a 1993

4.2 O Planejamento da ACAR/EMATER-MA e instituições conveniadas

Até o ano de 1972, a EMATER-MA, tinha sua estrutura programática baseada num sistema composto de **Programas**, subdivididos em **Projetos** e estes, subdivididos em **Práticas**. Os programas constantes eram: Culturas alimentares e industriais. Olericultura e Fruticultura, Programa de Pecuária de grande e pequeno porte, Programa de Educação Rural, Nutrição Aplicada e Subsistência, além dos programas complementares de Crédito Rural Orientado e de Cooperativismo.

O programa Culturas Alimentares compreendia os projetos Arroz, Milho, Feijão, que eram as culturas básicas das roças maranhenses, exploradas pela totalidade dos produtores familiares, composto em sua maioria por produtores não proprietários. Este programa atendia as diretrizes de desenvolvimento das culturas de subsistência do Estado. O programa Culturas Industriais incluía os Projetos, Algodão Mamona e Caju, reafirma o papel do setor primário como fornecedor de matéria prima para o setor secundário.

O relatório de 1972 DA ACAR-MA estabelecia o planejamento de trabalho, numa estrutura de programas, subdivididos em projetos, tais como, de acordo com a ACAR-MA (1972):

- a) Programa Culturas Alimentares, compreendendo os projetos arroz, milho e feijão;
- b) Programa Culturas Industriais, compreendendo os projetos, algodão, mamona e caju;
- c) Programa Olericultura e Fruticultura, compreendendo os projetos olericultura, banana, citros e coco da Bahia;
- d) Programa de Pecuária de Grande , Médio e Pequeno Porte, compreendendo os projetos, gado de corte, de leite e búfalo, suínos e aves respectivamente, além dos programas de Cooperativismo, de Educação Rural, compreendendo os projetos Ação Comunitária, Suporte ao Sistema de Ensino e Juventude Rural;
- e) Programas de Nutrição Aplicada e Subsistência, compreendendo os projetos Educação Sanitária, Alimentar e Produção de Alimentos, bem como o programa complementar de Crédito Rural Orientado.

Referido planejamento, era estruturado em função dos convênios estabelecidos, tais como: O projeto gado de leite, era apoiado com um convênio com o PLAMAM, a OMS, apoiava o projeto de saúde. A Legião Brasileira de Assistência (LBA), apoiava os projetos voltados para a assistência familiar, o PIPMO, assegurava o projeto de capacitação dos produtores rurais. Observe-se que referidas instituições, de caráter nacional, instrumentalizavam as políticas públicas de interesse nacional.

Segundo a EMATER-MA (1976), verifica-se mudança na estrutura de planejamento da associada. A partir de então, deixa de aparecer a figura programática “programas” e passa a figurar os “projetos”, diretamente. Na introdução do relatório, consta: “Foram executados nesse ano, 13 (treze) projetos finalísticos por produto, além daqueles de apoio, tais como, crédito rural, capacitação de mão de obra rural, cooperativismo, corretivos e fertilizantes, comunicação rural, etc.

Observa-se que relativamente ao ano anterior, os projetos trabalhados, continuaram os mesmos, mudando apenas a estrutura do planejamento. Referida mudança se deu em função da substituição da figura institucional, ACAR por EMATER. A primeira utilizava o sistema programa / projeto e compatibilizava os resultados a todos os níveis (local,

estadual, nacional) através de 4 relatórios (RE1, RE2, RE3 e RE4) codificados e digitalizados e compatibilizados em nível de ABCAR.

Quando da mudança para EMATER, o sistema foi modificado e as EMPRESAS acompanharam a modificação em seus planejamentos. A rigor, o que ocorreu foi o aumento do número de convênios com as mais diversas instituições e daí a necessidade de fornecer resultados por convênio, sendo que cada convênio estabelecia forma específica de apresentação dos resultados alcançados. Este fato transtornou significativamente o sistema de controle da empresa, uma vez que gerou um volume muito grande de relatórios a serem preenchidos, separadamente por convênio, especificando os esforços e os resultados de cada produto por projeto. O ano de 1976 foi particularmente importante para a EMATER-MA uma vez que se inicia os convênios INAN/EMBRATER, POLONORDESTE e PES CART, todos voltados para o público então denominado produtor de baixa renda, a atual produção familiar. De acordo com EMATER-MA (1976), consta ainda que “...vale sublinhar que em 1976 foram empreendidas as atividades preliminares de estudo de área e identificação do público para operacionalização dos projetos destinados a produtores de baixa renda: INAN/EMBRATER, POLONORDESTE E PES CART”.

O incremento significativo de recursos financeiros alocados em função destes novos convênios resultou numa rápida evolução da empresa de tal forma que entre 74 e 76 saltou de 149 para 205 funcionários administrativos, 37,5% de incremento, de 201 para 279 técnicos, 39%, e de 63 para 72 unidades operativas, 12,5%. De 120 para 129 municípios atendidos, 7,5%. Paradoxalmente o número de produtores assistidos, foi reduzido no período de 9.898 para 7.093 produtores, com uma redução de 28,3%. Aparentemente este resultado pode ser consequência dos esforços terem se voltado para a implantação dos novos projetos, em detrimento das ações de assistência técnica, no que pese o relatório deste ano não revelar o motivo da desaceleração neste item, resumindo-se a citar em sua introdução: “O público assistido diretamente em 1976, ascende a 7.000 produtores rurais, o que corresponde a 98% do total programado sem repetição” (EMATER-MA, 1998).

Um aspecto de grande relevância da instalação destes projetos de baixa renda foi o de direcionar definitivamente a categoria do público assistido pela EMATER-MA, que chegou a atingir o percentual de 98,5% de produtores de baixa renda assistidos no ano de 1989.

O Projeto culturas introdutórias era dirigido para os médios produtores, proprietários de terra, voltados para o mercado, relativamente mais capitalizados, com mais

fácil acesso ao crédito rural e com maior nível de capacidade de adoção tecnológica. Estas culturas tinham em vista abastecer o setor industrial de oleaginosas do Maranhão, já ocioso em virtude da carência do babaçu. A cultura do algodão, além de fornecer o óleo e a torta, abastecia ainda a indústria têxtil e seu sistema de exploração, permitia o consorciamento com outras culturas e a convivência com a pecuária. A cultura da mamona desde então se apresentava como promissora, dada a qualidade e versatilidade da aplicação do óleo. Na oportunidade, se verificava uma grande dificuldade no que respeita à comercialização do produto, pela inexistência de um parque fabril que garantisse a oferta do produto. A cultura do caju, também bastante versátil, uma vez que permite o aproveitamento do pseudo-fruto e do fruto, a castanha na forma de amêndoa, para a extração do óleo e ainda do uso da torta na alimentação bovina. Para o médio proprietário rural este programa oferecia boas alternativas de aumento de renda da propriedade.

O Programa Olericultura e Fruticultura incluíam as olerícolas em geral e especificamente as culturas banana, citros e coco da Bahia, também voltado para a categoria de público anteriormente citado, permitia também maior possibilidade de alternativa de renda. Referido Programa também era voltado para o mercado interno.

O Programa Pecuária de Grande, Médio e Pequeno Porte compreendia a exploração do gado de corte e de leite, de búfalos, suínos e avicultura respectivamente. Os projetos Gado de Leite, de Corte e Búfalos, eram voltados para produtores médios e grandes, sendo a bubalinocultura adequada as áreas da baixada maranhense. Esta exploração despertou grandes controvérsias no Estado em virtude do sistema extensivo de exploração nas áreas da baixada maranhense, consideradas áreas públicas de uso geral pela comunidade, fato que veio a criar incompatibilidades com a exploração das roças da maioria dos produtores rurais da região. O programa animais de pequeno porte, principalmente o projeto aves teve seu foco voltado para produtores de maior especialização técnica.

O projeto gado de leite, particularmente foi planejado e executado no bojo de um programa nacional de incentivo à pecuária leiteira, através do convênio com o PLAMAN.

Os programas Educação Rural, Nutrição Rural e Subsistência, constituía-se a parte social da programação da EMATER-MA, voltada para os aspectos de alimentação, saúde e educação da família do produtor rural.

O **Cooperativismo** era um programa específico patrocinado pelo INCRA, enquanto o programa de Crédito Rural era patrocinado via convênios com o Banco do Brasil-BB, BNB e Banco de Desenvolvimento do Maranhão-BDM.

O Programa de Preparação da Mão de Obra-PIPMO financiava em nível nacional o preparo da mão de obra rural. Este modelo programático prevaleceu até 1975. A partir daí foi suprimida a figura PROGRAMAS, vigente até então e passou a figurar somente a figura PROJETOS para as explorações e foram acrescentados à programação os programas INAN/EMBRATER. Estes programas deram consistência à prioridade no atendimento de pequenos produtores adotada até a extinção da empresa em 98. Neste contexto os projetos de **Ações Sociais**, passaram a figurar como **Ações** dentro dos projetos de baixa renda.

No ano de 1978, foram incrementadas as ações de crédito rural em função de convênios com o BNCC/ BASA/EMBRATER (EMATER-MA, 1978).

Outro convenio assinado foi com o PLANASEM visando a divulgação do uso de sementes melhoradas.

Neste mesmo ano foram firmados convênios com o MTB/SMO/EMBRATER, com vistas a formação de mão de obra rural, e com a FAO/MA/EMBRATER, para a realização da divulgação do uso de fertilizantes químicos, através de unidades demonstrativas e com o BIRD/EMBRATER, para manutenção e expansão da assistência técnica.

Foram introduzidos ainda neste ano, os projetos **Tomate** e **Mandioca**. Em nível de Estado é assinado convênio com a Central de Abastecimento (CEASA), com vistas à política de abastecimento local.

O destaque do planejamento da EMATER-MA, no ano de 79, foi o fim do convênio do projeto INAN/EMBRATER, o segundo convênio em termos financeiros mantidos até então pela EMATER-MA.

Durante a programação do ano de 80 foram assinados convênios com o Sistema de Mão de Obra SMO, do Ministério do Trabalho, com o MAG, atual MARA, para a produção de sementes e mudas, com a EMBRATER/BIODIGESTOR RURAL, com o Ministério de Minas e Energia (MME) e com o Programa de Desenvolvimento da Amazônia **Poloamazônia**.

Relativamente ao planejamento de Projetos, neste ano foram acrescentadas mais duas explorações, quais sejam: malva e caprinos.

Segundo a EMATER-MA (1982), o ano de 82 é caracterizado pelo aprofundamento da crise financeira. “O ano de 1982, marcado por escassez de recursos financeiros, foi mais um ano de dificuldades ..., com reflexo na força de trabalho no campo”. No ano de 1980, o quadro de pessoal era de 406 técnicos, com redução de 20% para 1982. Ainda este ano importante convênio é assinado com o Programa de Conservação das Várzeas

(PROVARZEAS), fato que permite a ênfase à divulgação e realização das ações técnicas voltadas para a irrigação e drenagem, importante avanço no âmbito tecnológico.

A análise do relatório EMATER-MA (1988), revela certa polarização em seu foco de ação. Por um lado enfatiza a prioridade da empresa na assistência a pequena produção; “Em 1983, as ações dos agentes da assistência técnica e extensão rural da EMATER-MA (1983) alcançaram 47.162 produtores rurais, assim categorizados: 43.690 pequenos produtores ...”, (93%), enquanto por outro lado, assina convenio EMATER/BNB/SOJA, para a elaboração de projetos de crédito voltado para a cultura da soja, classificada na programação com culturas introdutórias, que incluía ainda as culturas: pimenta do reino, seringueira. No final da década de 80 a EMATER-MA trabalhou com apenas 4 projetos (produção animal, produção vegetal, com destaque para a introdução da cultura do abacaxi na região no município de S. Domingos.

A década de 90 inicia com apenas 3 projetos programados, quais sejam: Produção Animal, produção vegetal e Organização Rural.

4.2.1 Projetos trabalhados pela ACAR/EMATER-MA

4.2.1.1 Projeto Soja

A cultura da soja figura pela primeira vez no PROATER da EMATER-MA no ano de 1983, juntamente com outras 19 explorações a serem assistidas pela empresa. Neste ano o planejamento da EMATER-MA previa o atendimento a 23 produtores com uma área de 262 ha, algo insignificante na programação total, quando comparado com o planejado para produtores de arroz, 58.464 produtores com uma área de 296.441 hectares (EMATER-MA, 1983). Ainda neste Relatório de Atividades, figura como fonte de financiamento deste convênio, as instituições EMATER/BNB/SOJA, que participa com um montante ínfimo de Cr\$ 13.800.000, se comparado com o convênio mantenedor do projeto de baixa renda, POLONORDESTE, com participação da ordem de Cr\$ 411.466.000.

Os resultados alcançados no ano de 1983 foram limitados ao atendimento de apenas 8 produtores, com área de 286 ha. Neste ano não consta a elaboração de nenhum projeto de crédito voltado para a soja. No que se refere à capacitação de recursos humanos dirigido para a cultura, apenas 1 técnico, participou de 1 estágio sobre a cultura da soja, neste ano. Para o ano de 84 foram planejados um alcance de 328 produtores com 4255 hectares,

envolvendo as atividades técnicas de plantio correto, tratos culturais, mecanização agrícola e colheita.

A estratégia metodológica básica foi a instalação de unidades de observação. O relatório de atividades do ano 1984 revela que foram atendidos 73 produtores, com área de 3.000 hectares, basicamente assistidas com calagem, adubação química e preparo de solo mecanizado (EMATER-MA, 1983). Quanto ao crédito rural orientado, EMATER-MA (1984) cita que foram aprovados apenas 2 projetos no valor de Cr\$ 43.796.000,00, correspondente a 2,21% do valor total de projetos assistido pela empresa. Neste ano o convênio compareceu com apenas Cr\$ 1.858.000,00, correspondendo a 0,02% do financiamento total da EMATER-MA naquele ano.

Para o ano de 1985, foi programado o atendimento a 350 produtores, com área de 17.500 hectares. Foram atendidos 93, com área de 1.440 hectares. Verifica-se que a meta produtor e área assistida foram super estimadas, talvez pelo aumento da participação financeira do convênio para este ano, (Cr\$ 18.329.000,00) (EMATER-MA, 1985). No ano de 1986 as metas foram corrigidas, prevendo-se o atendimento a 75 produtores e área 1.312 hectares (EMATER-MA, 1986). O relatório deste ano indica 171 produtores assistidos para uma área cultivada de 2.432 hectares.

O PROATER de 1987 previa o atendimento a apenas 130 produtores. Nos anos seguintes, o projeto parece ter sido desativado, pois o atendimento cai a 3 produtores atendidos no ano de 90 (EMATER-MA, 1990).

Os relatórios de 1992 e 1993 indicam apenas o atendimento a 380 e 439 produtores, respectivamente (EMATER-MA, 1993; 1994), como pode ser demonstrado na tabela 1.

Tabela 1 - Projetos de crédito/produtores/área de soja 1983/19993

Ano	Projetos aprovados	Quantidade de Áreas	Número de produtores	Área (ha)
1983	23	262	8	286
1984	328	4255	73	3000
1985	350	17500	93	1440
1986	75	1312	171	2432
1987	130	—	—	—
1988	—	—	—	—
1989	—	—	—	—
1990	—	—	3	—
1991	—	—	—	—
1992	—	—	380	—
1993	—	—	439	—

4.2.1.2 Projeto pecuária

O relatório de 1972 assinala a assistência técnica a 6.179 criadores de gado de corte e de 3.100 produtores de gado de leite, vindo em seguida a avicultura, com 1.025 produtores assistidos (ACAR-MA, 1972).

Desde então, a Empresa se empenha nas atividades de combate ao carbúnculo, à aftosa, a melhoria genética, à alimentação e nutrição e às instalações. O apoio do crédito rural se fez presente, com 393 projetos para gado de corte, 42 projetos para gado de leite e 7 projetos para avicultura (ACAR-MA, 1972). A pecuária de leite maranhense nunca teve grande destaque. Atualmente, com relação à pecuária leiteira maranhense o JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO noticia: “...são Produzidos 160 milhões de litros/ano, mas 80% são vendidos in natura” (INDUSTRIALIZAÇÃO, 2007).

O relatório do ano de 1973 assinala que apenas 1.728 produtores foram assistidos, sem repetição, em gado de corte, 280 produtores de gado de leite e 48 produtores em avicultura. Neste ano foram assistidos ainda, 48 criadores de búfalo (ACAR-MA, 1973). No ano 1978, segundo EMATER-MA (1978), cresce o número de produtores assistidos para 5.671 em gado de corte, 252, em gado de leite, 136 bubalinocultores, e 90 avicultores. Nos anos de 79 a 83, certamente em função do foco voltado para os projetos de baixa renda, os

relatórios deixam de salientar os resultados de pecuária de grande e médio porte, passando a destacar projetos de pequenos animais; caprinocultura, suinocultura, avicultura e pesca artesanal. O último relatório disponível, do ano de 1992, indica um alcance de 5.100 produtores de gado de corte, 1050 de gado de leite, 580 com caprinos, 1645 com suínos e 420 com avicultura (EMATER-MA, 1992). Possivelmente estes números não se referem a produtores assistidos sem repetição, conforme a figura 7 (APÊNDICE A).

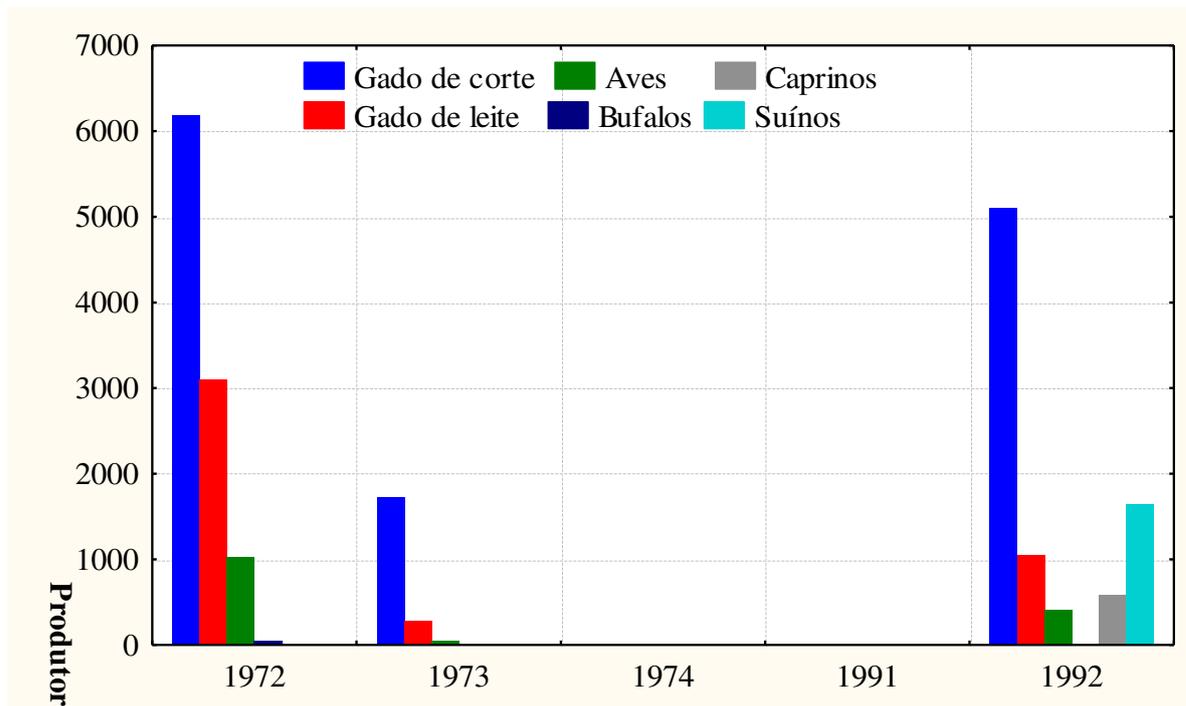


Figura 7– Produtores assistidos com pecuária de 1972 a 1992

4.2.1.3 Projeto Multiplicadores Rurais-ênfase agroecológica.

Preocupada em aumentar a eficiência na transferência de tecnologia, diante da crescente dificuldade para a captação de recursos financeiros, a EMBRATER lançou nacionalmente o programa denominado Multiplicadores Rurais, que consistia em treinar as lideranças rurais, já selecionada em cada comunidade, de formas que cada um desses pudesse repassar informações e tecnologias, para 10 produtores de sua área de liderança.

A idéia seria aumentar a eficiência na transferência de tecnologia, com base nas unidades demonstrativas, utilizando os conhecimentos dos líderes comunitários responsáveis

pelas unidades demonstrativas, base do trabalho de transferência tecnológica, sem que tivesse de aumentar os custos, uma vez que este trabalho dos líderes seria realizado gratuitamente.

O Programa, lançado no Maranhão em 1980, mereceu o seguinte destaque no relatório daquele ano: “Vale destacar, a implantação do programa Multiplicadores Rurais... mais uma opção dentro do esforço para maior disseminação tecnológica no meio rural.” (EMATER-MA, 1980). No relatório da EMATER-MA deste ano, já contabilizava 10 multiplicadores, assistidos e 100 produtores liderados.

O programa de multiplicadores rurais consistia na seleção de pelo menos 1 produtor rural em cada comunidade rural que se destacasse na exploração de alguma atividade agrícola, exercendo uma função de liderança local. Referido produtor passaria a receber assistência e capacitação técnica de forma prioritária de tal forma a destaca-se com líder em sua comunidade. A base da difusão era a instalação de uma unidade de observação, que se bem sucedida seria transformada em uma unidade demonstrativa, onde seriam realizadas visitas técnicas, excursões e dias de campo, com a participação do grupo de vizinhança. A partir daí os liderados passariam a receber o acompanhamento do multiplicador, aumentando a assistência técnica da Empresa, de forma indireta, sem aumento de custo financeiro. No ano de 1982 o programa foi estendido para 3 regionais, 17 unidades locais e passou para 20 multiplicadores, atendendo a 200 liderados (EMATER-MA, 1982). Em 1983, o programa foi expandido para 7 regiões e foi a 116 multiplicadores e 1.573 multiplicados (EMATER-MA, 1983). A partir de 1984, o programa atingiu todas as 15 regiões da EMATER-MA, 59 unidades operacionais, atingiu 596 multiplicadores e 6.477 seguidores orientados (EMATER-MA, 1984). A partir daí o programa que aparentemente se mostrava promissor, passou a avolumar insatisfações por parte dos multiplicadores, que em função da dedicação às atividades de difusor, reclamavam uma compensação financeira, para compensar o tempo perdido junto à sua atividade de produção, forçando a EMBRATER a estabelecer uma espécie de ajuda financeira em forma de gratificação. Esta questão evoluiu, e alguns multiplicadores passaram a exigir a condição de funcionários das empresas, fato que levou o programa a seu término, em todo o Brasil no ano de 1986.

As ações referentes a agricultura orgânica, surge na Programação da EMATER-MA, ainda na década de 70, não, certamente em função da preocupação com o meio ambiente, ou com a saúde humana, uma vez que somente em 1985, a questão foi levada à público, de uma maneira organizada, com a realização do I CONGRESSO DE

AGRICULTURA ALTERNATIVA, em Petrópolis no Rio de Janeiro. Referidas ações tinham um foco francamente produtivista e conseqüentemente econômico.

Segundo ACAR-MA (1973), já aparece a preocupação com a questão da produção orgânica, quando anota a utilização de 1.578 t de esterco de gado por 172 produtores, na condução das culturas do caju, banana, citros, côco e olerícolas.

Em 1974 sobe para 275 produtores que utilizam 2.645 t de adubo orgânico (ACAR-MA, 1974). Entre os anos de 1975 e 1983 deixa de ser registrada esta atividade, voltando a ser citada somente em 1984, indicando que 225 produtores assistidos utilizaram adubação orgânica numa área com 414 ha explorados (ACAR-MA, 1984). As culturas beneficiadas foram: mamão e tomate, utilizando o esterco de gado como adubação orgânica. A cultura do abacaxi, introduzida na programação a partir de 83, não utilizava adubação orgânica. Em 1985, foram registrados 682 produtores, utilizando adubação orgânica em 354 hectares (EMATER-MA, 1985).

Em 1986, por iniciativa da gerência estadual do programa Multiplicador Rural, foi, planejada e realizada a I SEMANA DA AGRICULTURA ALTERNATIVA DO MARANHÃO (ANEXO B). Participaram da promoção, técnicos da EMATER-MA e dos demais órgãos vinculados ao setor primário do Estado do Maranhão. O evento foi inspirado a partir da participação do gerente do programa no II ENCONTRO BRASILEIRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA, realizado em Petrópolis-RJ, no ano de 1984.

4.2.1.4 Projeto Campos Comunitários

O Projeto Campos Comunitários foi trabalhado na EMATER-MA, a partir de uma experiência de ação comunitária no ano de 1979, na comunidade Pedrinhas, município de Pinheiro. Numa ação integrada da EMATER-MA, Prefeitura, agentes financeiros, sindicato de produtores rurais, e demais instituições estaduais vinculadas ao setor primário (CIMEC, EMAPA, CODAGRO) apoiaram a implantação de uma roça comunitária de 100 ha, em terras devolutas do Estado, com a participação de 28 produtores rurais sem terra (EMATER-MA, 1979).

Diante do êxito da experiência, no ano seguinte a EMATER-MA adotou o modelo e implantou o Projeto Campos Comunitário, com a implantação simultânea de 18 campos comunitários no Estado, com uma área de 805 ha, envolvendo 255 produtores, com a exploração de arroz, feijão e mandioca. O projeto Campos Comunitário, por sua natureza

exigiu um esforço conjugado de inúmeras instituições, nos diversos níveis, com a exigência da alocação de determinado volume de recursos financeiros e ainda enfrentava questões burocráticas, particularmente ligadas a questão fundiária, sem falar na operacionalização sempre mais difícil em ações comunitárias, envolvendo participantes pouco afeitos ao trabalho associativista, bem como a supressão da ação paternalista desenvolvido pelas instituições envolvidas.

Este contexto determinou o desgaste deste projeto, que teve suas atividades suspensas no ano de 82 com 18 campos em funcionamento em todo o Estado do Maranhão (EMATER-MA, 1982). O relatório de 1983 consta:

O projeto Campos Comunitários, tem como objetivo promover o associativismo entre os pequenos produtores rurais, colocar à disposição dos mesmos, fatores de produção, tais como, terra, mecanização, crédito rural e insumos, elevar a produtividade.... Por dificuldades em sua operacionalização o projeto em 1983, não logrou resultados concretos (EMATER-MA, 1983).

Mesmo sendo um programa de inspiração local, o projeto Campos Comunitário, não teve seqüência na programação da EMATER-MA.

A principal causa deste insucesso, parece residir no fato de que a decisão de sua execução não partiu do querer do público ao qual se dirigiu, apesar de extremamente importante, teoricamente, uma vez que tinha como objeto básico, a organização dos produtores rurais e de suas produções. Reputa-se o projeto da maior importância, uma vez que as comunidades rurais, particularmente de produtores familiares, em virtude de suas baixas produtividades, do alto custo de suas produções, bem como das precárias condições financeiras nas quais convivem, bem como das condições desfavoráveis em que se dá a comercialização de suas produções. Um sinal importante desta afirmativa é o fato de a própria empresa reconhecer que houve paternalismo na condução do projeto.

Decerto que noutras oportunidades o sistema público se vale do conceito de paternalismo para não apoiar produtores de baixa renda, mesmo quando o processo se apresenta legítimo. Outro aspecto que credenciava o programa era a abordagem positiva no sentido de contornar a questão da estrutura agrária, principal obstáculo no caminho do desenvolvimento do produtor familiar maranhense.

4.2.1.5 Projeto Tomate

A cultura se destacou como importante cultura na programação da EMATER-MA, a partir da programação do ano de 1977 (EMATER-MA, 1977), considerando

particularmente o rápido crescimento da exploração do tomate no município de Dom Pedro, que teve início na década de 70, que tinha como base econômica a roça itinerante, sistema corte e queima (arroz, milho, feijão e mandioca). A cultura do tomate surgiu em Dom Pedro, em virtude da iniciativa de um produtor de tomate de descendência japonesa, que plantou 0.33 ha de tomate, na comunidade denominada Piçarra, com grande sucesso, que inclusive lhe permitiu adquirir uma caminhonete, com os rendimentos de seu empreendimento. Este fato funcionou como efeito demonstração de grande eficiência para os demais produtores rurais que em grande fluxo buscaram trocar a roça convencional pelo cultivo do tomate. Esta iniciativa levou o município de Dom Pedro ao status de maior produtor de tomate do Maranhão nas décadas de 70 e 80.

O produtores de tomate na agência Escritório local de Dom Pedro no ano de 1972, tinha como meta programática a elaboração de apenas 2 planos de crédito para tomate, enquanto que já em 1974, havia cadastrado mais de 2 dezenas de produtores rurais, voltados para a produção de tomate. O número não foi maior em virtude de limitações impostas pelo próprio Banco do Brasil, no caso agência de Codó, que temia se lançar no financiamento de uma cultura sem tradição na região, exigente de tecnologia mais evoluída, cujo produtores não a detinham, bem como custo bem maior se comparado com o custo da roça tradicional baseada no corte e queima.

No que pese o avanço da cultura do tomate em Dom Pedro, com destaque no estado do Maranhão, somente no relatório do ano de 1977, a cultura do tomate foi destacada do projeto de olericultura. Neste ano figura a assistência a 10 produtores de tomate, referindo-se ao uso de semente melhorada, adubos químicos, calcário, defensivos e plantio correto, além da instalação de três unidades de demonstração de adubação química. Durante este ano, 72 produtores rurais foram treinados na produção de tomate. Quanto ao crédito rural o relatório destaca que foram elaborados 8 projetos de crédito enquanto que apenas 2 foram aprovados, no valor de Cr\$ 40.006,00. No ano de 1978 foram assistidos 265 produtores de tomate, com o financiamento a apenas 25 produtores, num volume de Cr\$ 742.000,00. O relatório de 1979, encerra a década com 84 produtores de tomate financiados num volume de Cr\$ 4.165.300,00 (EMATER-MA, 1979).

Apenas 11 produtores foram financiados naquele ano, com um volume de crédito de Cr\$ 501.000,00, sinalizando o declínio da cultura, no que pese a reação apresentada no ano seguinte com o financiamento de 48 produtores de tomate com um volume de Cr\$ 29.407.899,00 (EMATER-MA, 1982). O relatório de 1985, EMATER-MA (1985) refere-se à

1.141 produtores assistidos, com uma área de 354 hectares explorados. Seguramente estes dados não mais se referem especificamente a cultura do tomate, e sim ao projeto olericultura, ou seja ao somatório, considerando todas as demais hortaliças, uma vez que continua a considerar apenas 25 produtores financiados. Estes, já referidos nos relatórios dos anos anteriores como projetos de crédito específico para tomaticultores. Este ano é o ultimo que a cultura do tomate é citada nos relatórios da EMATER-MA.

A cultura do tomate em Dom Pedro entrou em decadência, presumivelmente em virtude da infestação da área por doenças fúngicas e bacterioses, bem como pela escassez de recursos hídricos na região. Aspecto curioso é que o município de D. Pedro chegou a ser o maior produtor de tomate do Maranhão, mesmo o município sendo considerado tecnicamente inviável para a exploração de hortaliças em virtude da carência hídrica da área.

4.2.1.6 Projeto Abacaxi

Uma ação de sucesso apoiada pela extensão rural maranhense foi a introdução da cultura do abacaxi. As primeiras experiências surgiram como alternativa de exploração, em áreas de assentamento, no Município de Itapecuru. Posteriormente, as áreas exploradas expandiram-se nos Municípios de São Domingos e Pio XII. O projeto figurou pela primeira vez nos relatórios da EMATER-MA no ano de 1983, no bojo do projeto “culturas hortifrutícolas”, quando 4 produtores foram assistidos, com uma área explorada de 15 ha, com uma produção correspondente de 166 toneladas. O trabalho com a cultura do abacaxi foi estabelecido em nível de Maranhão, na busca de uma nova alternativa na área da fruticultura. O PROATER 1984, previa a prestação de assistência técnica, com prioridade no incentivo do uso de mudas selecionadas para a cultura do abacaxi, bem como, com vistas à colheita, seleção do produto, embalagem e transporte. No ano de 1984, dois produtores receberam financiamento no valor de Cr\$3.256.020,00. Em 1985, já figurava 27 produtores assistidos, correspondendo a um crescimento de 525% em 2 anos e uma área explorada de 62,5 ha (EMATER-MA, 1985). Com relação à área explorada, houve um incremento de 316,6%.. A produção relatada neste mesmo ano foi de 4.560 toneladas. Que corresponde a um incremento de 2.647% no período. Finalmente, no ano de 1993, figuram 825 produtores assistidos com uma área de 701 hectares e uma produção em torno de 10.500 toneladas do produto (EMATER-MA, 1993).

4.2.1.7 Projeto FAO/ANDA/ABCAR

O projeto FAO/ANDA/ABCAR, foi executado pela ACAR/EMATER-MA no período entre 1973 e 1977, graças a um convênio firmado pelo órgão da ONU, voltado para a alimentação, Associação Nacional de Difusão de Adubos, importante suporte a expansão da revolução verde no Brasil e pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, com a finalidade de estimular a utilização de adubos químicos no território brasileiro, através da instalação de uma unidade de demonstração no interior da área explorada pelo produtor com as diversas culturas. No caso da extensão maranhense foram instaladas unidades de demonstração junto às culturas de milho, feijão, algodão e banana.

O adubo químico era fornecido gratuitamente pelo convênio, cabendo ao produtor rural apenas o ônus da mão de obra com a aplicação do adubo no solo sob a orientação do extensionista. Este projeto nunca despertou grande interesse por parte dos produtores rurais, no que pese a desoneração do adubo químico. No primeiro ano de atividade, (1973) foram registradas a instalação de 150 unidades demonstrativas (UDs) em todo o Estado do Maranhão. No último ano do projeto, 1977, foram registradas 268 unidades demonstrativas em atividade.

O desinteresse do produtor pelo projeto, sempre foi patente. Durante o período, ocorreu do produtor, por decisão própria não seguir a orientação do técnico, e em vez de adubar apenas blocos com os diversos quantitativos de adubo, respeitando os blocos testemunhas, isento do adubo, conforme recomendação técnica, ao contrario, adubava toda a área uniformemente, inutilizando a unidade de demonstração.

Ao se observar os relatórios enviados pelos técnicos de execução, verificava-se que a produtividade da área da roça, como um todo chegava a ser maior que a produtividade da área reservada para a unidade, isto em virtude do desinteresse do produtor que não realizava os tratos culturais indicados para a área da UD, como o critério com que dispensava ao resto da área. A UD era considerada pelo produtor, como a área de experiência do extensionista e não dele próprio. Houve caso do produtor imaginar que poderia perceber o pagamento de diárias para cuidar da unidade. Referido comportamento se deveu a tradição do produtor em não utilizar adubo químico, ou de não dispor recursos financeiros para adquiri-lo, ou ainda pela perspectiva de aumentar sua renda através da cobrança pelos serviços prestados na área da unidade de demonstração.

4.2.1.8 Projeto Crédito Rural

A evolução do crédito rural na ACAR/EMATER-MA na década de 70, revela um significativo crescimento, entre os anos de 1970 a 1975, decrescendo em 1976 e retomando o crescimento em 1979. No ano de 1970 foram aprovados 560 projetos enquanto que em 1975 foram aprovados 3.513 projetos, o que representa um crescimento de 527% em planos elaborados no período. Em termos de volume de crédito liberado, no mesmo período, passou de Cr\$ 22.338 milhões para Cr\$ 121.931 milhões, correspondendo a um incremento de 455,8%. Em 1976, foram aprovados somente, 2.449 projetos, correspondendo a um queda de 30,2% com relação ao ano anterior. O melhor alcance na década foi no ano de 1999, oportunidade na qual foram aprovados 4.077 projetos com um montante correspondente de Cr\$ 496.361 milhões. Considerando a evolução total na década de 70, observa-se um crescimento de 628% em planos elaborados e de 2.254,5% em volume crédito aplicado.

O crescimento do número de planos aprovados e o volume de crédito aplicado, no período entre 1970 a 1975 são explicados como consequência do aumento do número de técnicos de execução, com um percentual de 209,4% e expansão dos municípios atendidos, em 421,7%.

A redução do alcance ocorrida em 1976, apesar do contínuo incremento do contingente de técnicos locais e da ampliação dos municípios atendidos, pode ser explicado pelo redirecionamento dos trabalhos no sentido da implantação dos projetos de baixa renda no Maranhão. Este enfoque parece ter determinado o baixo volume de projetos de crédito elaborados, conforme explicita o relatório da própria empresa:

Segundo EMATER-MA, 1982, “...vale sublinhar que em 76 foram empreendidas as atividades preliminares de estudo de área e identificação do público para operacionalização dos projetos destinados a produtores de baixa renda: INAN/EMBRATER, POLONORDESTE e PES CART”.

No que pese a reação de alta em 1975 observa-se uma franca tendência decrescente da utilização do crédito rural a partir deste ano. Segundo EMATER-MA (1982), “...os números constantes no presente relatório comprovam uma tendência decrescente da participação relativa do Crédito Rural Orientado a partir a partir de 1977...”.

Sintomaticamente, o número de produtores assistido entre 1976 e 1977 cresceu de 7.093 para 11.825 produtores, fato que indicaria um incremento na busca do crédito rural.

Observa-se que, no período, a maior relação entre projetos elaborados e aprovados foi de 68%, no ano de 1974, conforme figura 8, o que significa que o sistema bancário deixou de

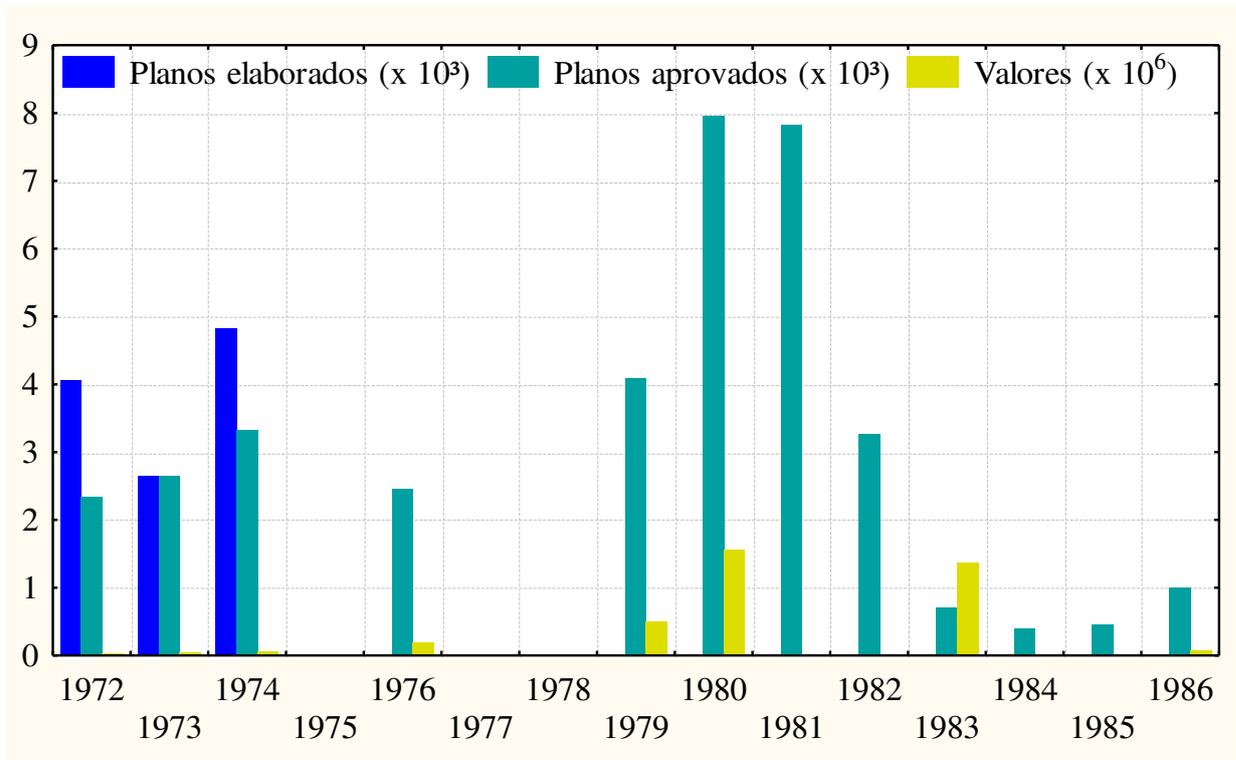


Figura 8 – Crédito rural: planos elaborados e aprovados de 1972 a 1986

aprovar 32% dos projetos elaborados, ou seja, marginalizou 32% dos produtores assistidos, contatados, gerando nos mesmos uma expectativa não-satisfeita, marginalizando-os do processo, induzindo-o a baixa produtividade e ao decréscimo da renda, gerando prejuízos de toda ordem para o produtor rural, queimando a imagem do serviço de extensão, além do prejuízo de ordem econômica para a empresa, uma vez que para a elaboração de um projeto se faz necessária a realização de no mínimo uma visita ao mutuário, considerando aí o deslocamento e o tempo gasto na visita, além do tempo gasto na elaboração do projeto e a utilização do material de escritório. Somente neste ano foram desperdiçadas 1.562 visitas, uma vez que dos 4.882 projetos elaborados somente foram aprovados 3.320.

Os recursos financeiros e o tempo desperdiçados pela extensão rural, poderiam ser utilizados para aumentar a abrangência e a eficiência técnica da empresa, além do fato de que o banco efetuava o pagamento do serviço somente sobre o volume do crédito realizado. Este fato chama a atenção para a necessidade de se revisar a relação sistema bancário versus

sistema de extensão rural, quanto a efetividade de pagamento e aprovação dos projetos elaborados.

O agente financeiro permitia esta defasagem entre projetos elaborados e aprovados em virtude de fatos tais como: Em primeiro lugar, por não ser obrigado a ressarcir o trabalho realizado pela extensão, quando do projeto não aprovado. Noutros momentos, por indisponibilidade de recursos financeiros, priorizados para outros projetos ou outros mutuários, além de eventualmente não acreditar no projeto ou no mutuário, e ainda por medo de aplicar em projetos não tradicionais na região.

Relativamente à relação planos aprovados e recursos liberados, observa-se que na década de 70 o comportamento do crédito rural, se deu conforme a tabela 2.

Tabela 2 - Planos aprovados/valores liberados, período 1970/1979

Ano	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Planos aprovados	560	___	2.332	2.641	3.320	3.513	2.449	___	2.170	4.077
Valores liberados	3.498	___	22.338	39.577	52.634	121.931	188.105	___	240.351	496.360

Enquanto que na década de 80 comportou-se conforme a tabela 3.

Tabela 3 - Planos aprovados/valores liberados, período, 1980/1986

Anos	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986
Planos aprovados	7.956	7.825	3.256	698	400	445	995
Valores liberados	1.557	1.876	1.492	1.357	1.985	10.358	74.563

Quanto aos produtos financiados observa-se que no ano de 1973 foram elaborados 2.367 projetos de arroz, cultura típica da produção familiar, contra 606 projetos de gado de corte, típico de médios e grandes produtores (ACAR-MA, 1973).

A década de 80 tem início com um incremento substancial no volume de aplicação do crédito rural, 95% com relação ao ano anterior. No ano de 1980, a EMATER-MA teve 7.956 projetos de crédito aprovados, correspondentes a um volume de Cr\$ 1.557.273.035,00. Neste ano, segundo o relatório de atividades a empresa atendeu 85.049 produtores rurais, um recorde na história da EMATER-MA. Estima-se que cerca de 68.000

produtores seriam atendidos sem repetição. Nestas condições a empresa atendeu com crédito rural, 11,7% do total de produtores assistidos, sem repetição. Esta é uma questão importante a ser discutida, ou seja, o porquê de discriminar 88,3% de seu público alvo, privando-os do crédito, quando a própria empresa considera o crédito como importante fator de alcance de resultados, “O crédito Rural Orientado, como elemento viabilizador da adoção tecnológica, foi um fator importante para os resultados alcançados em 1980” (EMATER-MA, 1980).

Daí em diante, o número de mutuários atendidos com crédito, declina progressivamente, sendo que em 1986, (último dado de crédito disponível) foram elaborados 995 projetos.

O menor número de projetos aprovados foi em 84, apenas 400 projetos aprovados, com um volume de Cr\$ 1.984.805.000 (EMATER-MA, 1984).

O crédito rural sempre foi o projeto destaque tanto da ACAR-MA, como da EMATER-MA, uma vez que o mesmo sempre funcionou como o atrativo da ação extensionista, uma vez que somente a oferta da assistência técnica não seria suficiente para garantir a adesão da maioria dos produtores rurais abordados pela extensão. Do ponto de vista do sistema econômico, o crédito rural sempre foi o principal instrumento da extensão rural, pois permitia e permite a presença do produtor junto ao mercado de máquinas, insumos e instrumentos. No âmbito da instituição o crédito foi tão importante que era o principal fator de promoção dos técnicos executores. Entre os técnicos comentava-se que o trabalho extensionista era muito mais divulgar e fiscalizar o crédito rural do que prestar assistência técnica.

4.2.1.9 Projeto Capacitação de Recursos Humanos

Até o início dos anos 70, a ACAR-MA assegurava ao seu corpo técnico, elevado nível de capacitação, tanto quantitativo quanto qualitativo, capacitação esta não só estimulada, mas principalmente, financiada pela ABCAR/ EMBRATER. No ano de 72, com um quadro de 157 técnicos, a empresa realizou 393 eventos de capacitação, compreendendo, 7 capacitações com até 1 mês de duração, 33 pré-serviços (3 meses) e 1 técnico cursando mestrado. No ano de 1973, com 190 técnicos, realizou 597 eventos de capacitação sendo 5 capacitações com até 1 mês de duração, 49 técnicos em pré-serviço, e 3 pós-graduação em nível de mestrado. Em 1974 com 201 técnicos, sendo 155 na execução em nível local, a ACAR-MA mantinha 82 técnicos em pré-serviço e 6 mestres (ACAR-MA, 1972).

Considerando-se que na década de 60, havia pequena quantidade de técnicos em atividade bem como em função da exigência básica do pré-serviço pode-se afirmar que por volta dos anos 70, todos os técnicos se encontravam treinados com curso de pré-serviço. Os relatórios seguintes, referentes a 77 e 78, deixam de enfatizar a capacitação de pessoal, voltando a tratar do tema, somente no relatório referente a 1979, informando genericamente, que foram realizados 57 eventos para 606 funcionários, entre técnicos e administrativos (EMATER-MA, 1979).

Em 1980, foram realizados 60 eventos, sendo que 32 extensionistas participaram do curso de pré-serviço (EMATER-MA, 1980). A partir dos anos 80 os cursos de pré-serviço, passaram a ser ministrados no Maranhão. O relatório de 1982 fornece um quadro retrospectivo onde consta o número de “pessoas treinadas”: em 1979, 606; em 1980, 825; em 1981, 453; e em 1982, 237. Observa-se no referido quadro o declínio contínuo e acentuado da atividade de capacitação, através dos anos, particularmente após a década de 70. Entre os anos de 1979 e 1982 a quantidade de eventos de capacitação foram reduzidos em 50% (EMATER-MA, 1982).

No ano de 1983, os eventos são especificados no relatório, porém não cita a duração dos eventos, que aborda diversas explorações e atividades, porém certamente, eventos de pequena duração. Neste ano de 1983, foram treinados 109 técnicos. No ano de 1984 foram treinados 219 técnicos, sendo que apenas 6, receberam curso de pré-serviço (EMATER-MA, 1983).

O quadro de capacitação de pessoal demonstra que relativamente a cursos diversos houve um incremento de 122% entre os anos de 1972 e 1980 (ACAR-MA, 1972; EMATER-MA, 1980). A quantidade de eventos declinou de 825 em 1980 para 40 em 1990 (EMATER-MA, 1980; 1990).

Considere-se que o pré-serviço, constituía-se em um curso de imersão pelo período de 3 meses, oportunidade em o técnico recebia grande e diversificado volume de informações técnicas e administrativas com o objetivo de preparar efetivamente o técnico a desempenhar-se técnica e socialmente junto à comunidade rural, bem como a assumir a gestão administrativa do escritório local, conforme a tabela 4.

Tabela 4 - Eventos de capacitação de recursos humanos de 1972/1990

Ano	Cursos		
	Pré - Serviço	Mestrado	Cursos Diversos
1972	33	1	372
1973	49	2	700
1974	—	0	—
1975	—	—	—
1976	—	—	—
1977	55	—	6
1978	—	—	—
1979	—	—	825
1980	—	—	453
1981	—	—	237
1982	—	—	50
1983	—	—	—
1984	6	—	40
1985	18	—	—
1986	—	—	—
1987	—	—	—
1988	—	—	—
1989	—	—	—
1990	—	—	—

No ano de 1990 apenas 38 técnicos participaram de cursos, não informando a especialidade, nem o tempo de duração dos eventos. EMATER-MA (1990) cita que “Dentro de suas possibilidades, a EMATER-MA tem sempre procurado dotar os seus servidores dos conhecimentos necessários...”. Os lançamentos sobre capacitação dos recursos humanos da EMATER-MA na década de 90, referem-se apenas a números de eventos com variação aleatória em termos de quantidade.

4.3 Métodos e técnicas da Extensão Rural utilizados pela ACR/EMATER-MA

Os relatórios existentes disponibilizam informações metodológicas somente a partir da década de 70 e demonstram que no período entre 1970 e 1986 há uma intensificação do método visita. A visita é um método individual, portanto de baixíssima abrangência

demandadora de tempo, e de alto custo financeiro, além de não ser adequado para determinados objetivos da ação extensionista, no caso da ACAR/EMATER-MA, voltada principalmente para a agricultura familiar qual seja o trabalho de organização comunitária. Esta ênfase no uso do método visita, poderá ser explicado em primeiro lugar, em função do trabalho com o crédito rural que demanda no mínimo três visitas a cada mutuário, com vistas a elaboração do projeto e em segundo lugar em virtude da fase inicial de implantação dos projetos especiais voltados para o então público de baixa renda (INAM, POLONORDESTE).

Esta ênfase se reflete inclusive na metodologia utilizada. O relatório acima citado figura que no ano de 1972 foram assistidos 15.771 produtores e para tal foram realizadas 14.150 visitas, contra apenas 2.698 reuniões (tabela 5).

Tabela 5 - Metodologia de extensão rural utilizada de 1972 a 1979

ATIVIDADES	ANO							
	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
Visita	7.130	16.282	9.193	—	19.318	23.447	2.620	
Reunião	556	1.924	2.398	—	2.038	5.826	4.237	9.837
Curso	102	496	384	—	124		211	
Excursão	—	—	—	—	62	396	—	515
Demonstração	—	—	—	—	—	—	—	43

Números aparentemente contraditórios, quando da realização de um trabalho de cunho grupal. Este excesso de visitas, refere-se exatamente a exigência do trabalho de crédito que demandava pelo menos três visitas à propriedade rural, quando da elaboração do projeto e das vistorias feitas à posteriore. Em contrapartida no mesmo período foram realizadas apenas 5 excursões técnicas, para 8 unidades de demonstração e 4 demonstração de resultado, metodologias que deveriam ser o carro chefe para a transferência de tecnologia (ACAR-MA, 1972).

Relativamente a década de 80, verifica-se que em 1980 o número de visitas praticamente igualou o número de reunião, chegando quase a quadruplicar em 1986. As excursões cresceram de número até 1986, caindo para 9 em 1989. O método demonstração técnica cresceu até 1985, chegando a atingir quase a metade do número de reuniões, caindo igualmente a esta a partir de 1989 (tabela 6).

Tabela 6 - Metodologia de extensão rural utilizada de 1980 a 1989

ATIVIDADES	ANOS							
	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1989
Visita	13.992	22.415	15.000	13.695	22.575	26.653	30.062	3.074
Reunião	13.960	8.000	7.698	6.236	7.378	7.247	8.260	420
Curso	—	—	—	405	184	165	257	123
Excursão	275	396	505	358	345	434	358	9
Demonstração	673	1.936	2.565	2.212	2.971	3.090	2.948	147

Um fator limitante do desempenho da ACAR/EMATER-MA foi a questão da deficiência da comunicação entre os níveis central e local em virtude dos meios burocratizados e excessivamente quantitativos dos relatórios numéricos.

Com vistas à melhoria no processo da comunicação, o gerente do Projeto Multiplicador Rural, de então, estabeleceu um sistema de comunicação paralelo, de forma a manter a capacitação em serviço, dos executores, na forma de um informativo mensal, o Informe do Multiplicador Rural (IMR), que na prática constituía-se de uma lauda editada mensalmente, no Escritório Estadual, contendo informações técnicas ou administrativas que viesse a contribuir para a melhoria da qualidade da prestação de serviço, pelo extensionista, via incremento do conhecimento do técnico. O IMR, tinha por princípio a divulgação da agricultura alternativa em sua forma mais genérica. A idéia da edição do IMR surgiu da necessidade de socializar as informações geradas na I Semana de Agricultura Alternativa do Maranhão, promovida pela gerência do projeto de então, no ano de 1986.

Na década de 90, foi crescente o número de visitas. Entre os anos de 1990 e 1993 o número de visitas teve um crescimento da ordem de 22%, enquanto o método reunião cresceu 521%.

O método curso cresceu 150% no período, e os métodos demonstrativos cresceram 850% (EMATER-MA, 1990; 1993). Este nível de desempenho referido pode ser creditado como resultado da parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) Meio Norte, no Estado do Maranhão, conforme tabela 7.

Tabela 7 - Metodologia de extensão rural utilizada no período 1990/1993

ATIVIDADES	ANOS			
	1990	1991	1992	1993
Visita	9.982	19.903	15.600	12.246
Reunião	2.186	4.987	11.420	13.582
Curso	38	65	163	—
Excursão	42	58	—	—
Demonstração	568	1.662	6.370	5.401

Em segundo lugar, aparece o método reunião, este de maior abrangência, de melhor custo benefício e de uso mais racional do tempo, além de permitir a possibilidade da troca de idéias e da integração do grupo.

5 OBJETIVOS

5.1 gerais Resgatar a história e analisar os resultados da extensão rural do Maranhão

5.2 específicos: -analisar os objetivos da Extensão Rural do Maranhão;
 -os resultados;
 -a metodologia desenvolvida

6 CONCLUSÕES

6.1 O produtor familiar foi assistido prioritariamente pela Extensão Rural maranhense

A principal crítica debitada à extensão rural brasileira, refere-se ao fato da mesma, por força de seus objetivos basilares ter privilegiado o grande produtor, por ocasião da transformação do latifúndio em grande empresa rural. A extensão rural maranhense, contudo, em função de alguns fatores específicos vigentes no Estado, ao contrário do contexto nacional, sempre teve como prioridade o produtor familiar, chegando a atender até a 98,5% desta categoria no ano de 1989, sendo que a assistência ao grande produtor maranhense nunca ultrapassou a 1% do público atendido.

Este fenômeno pode ter como razão, fatos tais como: Por volta do início dos anos 60, quando da instalação da ACAR-MA, o produtor familiar representava a esmagadora maioria dos produtores rurais do Estado, que mesmo explorando pequenas áreas individuais, colocava o Maranhão como grande expoente na produção de arroz do Brasil, em virtude do grande número de pequenos produtores existentes, conforme consta no Anuário Estatístico do Brasil, quando afirma que entre 1950 e 1958, a área com arroz passou de 82.9012 ha Para 209.548 ha. Este fato aumentava a probabilidade do extensionista localizar mais facilmente um produtor familiar que um grande ou médio produtor, bem como de ser procurado por um membro desta categoria majoritária de produtor. Além disto, há de se considerar o fato, de os grandes produtores tenderem a morar no meio urbano, dificultando sua localização pelo extensionista, de tal forma que a assistência técnica ao grande pecuarista era feita diretamente ao vaqueiro, que era quem morava na propriedade. Verifica-se também que ocorreu uma fraca demanda do grande produtor rural maranhense, com vistas a grandes empreendimentos, quando muito, indo em busca da elaboração do projeto de crédito rural.

Nos anos 70, outro contexto assegurou a hegemonia do produtor familiar maranhense quanto ao recebimento de assistência técnica pela então EMATER-MA, qual seja o advento dos Projetos de Baixa Renda implantados em diversas regiões maranhenses com diversas denominações, tais como Projeto INAN, BIRD e POLONORDESTE, fruto de convênios assinados entre a EMATER-MA e a EMBRATER.

Estes convênios deram grande impulso à EMATER-MA, a partir da década de 70, em virtude do grande afluxo de volume de recursos financeiros envolvidos, que permitiram

uma consistente ampliação do quadro técnico, da instalação de novos escritórios locais bem como, a garantia da manutenção e conseqüentemente da realização das ações previstas e conseqüente aumento da abrangência relativa e ainda a garantia de uma presença efetiva do extensionista junto ao produtor familiar, em detrimento da assistência ao médio e ao grande produtor rural. No ano de 1972, foram assistidos 10.838 produtores familiares contra 6.179 pecuaristas.

Observe-se que a questão da disponibilidade financeira destinada especificamente a um projeto de baixa renda, forçosamente assegurava maior dedicação ao trabalho junto à produtor familiar.

Na década de 80, continua a ênfase à assistência ao produtor familiar, agora, graças aos convênios formalizados entre a EMATER-MA e o INCRA, no Maranhão, visando a assistência técnica aos assentamentos, projetados e executados pelo programa de reforma agrária no Estado do Maranhão.

A partir de 1980, certamente em função do foco voltado para os projetos de baixa renda, os relatórios deixam de salientar os resultados de pecuária de grande e médio porte, passando a destacar os projetos de caprinocultura, suinocultura, avicultura e pesca artesanal, projetos tipicamente voltados para a produção familiar.

Outro paralelo que pode ser realizado, é entre o volume de assistência técnica prestada ao produtor familiar e ao produtor de soja, que sempre se deu de forma tímida.

No ano de 1983, quando se deu a assinatura do convênio BNB/EMATER/SOJA, de pequena monta (Cr\$13.800.000,00), tinha em sua programação a capacitação de apenas 1 técnico na cultura da soja.

A soja, importante commodity, símbolo do agronegócio brasileiro, uma monocultura, voltada para a exportação, advinda da região sul do país pelas mãos da média e da grande produção. Desta forma, não pode ser debitada à extensão rural maranhense possíveis ônus ecológicos ou sociais referidos a implantação da cultura da soja no Maranhão.

Relativamente à assistência ao pecuarista maranhense, outra grupo integrante da categoria dos grandes produtores, também não foi hegemônico quanto a presença da assistência técnica. No ano de 1992, a EMATER-MA assistiu a 5.100 produtores de gado de corte, 1.050 de gado de leite, 580 criadores de caprinos, 1.645 criadores de suínos e 420 avicultores, contra 205.000 produtores de culturas alimentares.

Em virtude destas condições específicas do Maranhão é que a extensão rural maranhense foi levada através de décadas, à enfatizar a assistência técnica ao produtor

familiar, em detrimento do médio e grande produtor, ao contrário da previsível e criticável ênfase da assistência técnica ao grande produtor rural realizada pela extensão rural brasileira.

6.2 A Extensão Rural maranhense foi institucionalmente revisada, porém não democratizada

No que pese a prioridade dada ao produtor familiar, não lhe foi permitida no entanto sua participação no planejamento das ações extensionistas.

A Extensão Rural foi instituída tanto no Brasil como de resto na América Latina no bojo do Programa de Desenvolvimento para a América Latina, Aliança para o Progresso, através da AIA, com o objetivo mais genérico de estabelecer o capitalismo na região e particularmente respaldar a revolução verde, qual seja a modernização da agricultura, com vista a transformá-lo em empresas rurais voltadas para a exportação e ainda, consumidores de produtos do setor industrial. Desta forma, o planejamento do sistema nacional de extensão rural, sempre esteve voltado no sentido da grande produção, em coerência com seus objetivos.

Oficialmente, portanto, a produção familiar não teve a chance de participar do planejamento das ações da extensão, uma vez que sequer figurava nos objetivos da política nacional, para o setor.

No ano de 1975, a ACAR-MA foi revisada institucionalmente e transformada em EMATER-MA. Neste momento as instituições internacionais que incentivaram e financiaram inicialmente a extensão rural brasileira retiraram o apoio antes fornecido e o governo brasileiro assume integralmente a instituição. Observe-se que a transformação das associações em empresas se deu com a finalidade de facilitar a captação de recursos financeiros para manter o financiamento do sistema.

A partir de então, considerando que a instituição dependia agora, direta e exclusivamente dos recursos financeiros internos, e, portanto, liberada dos compromissos externos anteriormente assumido, poderia permitir efetivamente a participação da maioria dos produtores rurais brasileiros no planejamento dos objetivos, metas e ações a serem desenvolvidas pela extensão rural.

Contudo, não foi isto o que ocorreu e o então o governo da revolução militar de 1964, em vez de considerar prioritariamente as demandas da maciça maioria dos produtores rurais brasileiros e maranhenses, utilizou o serviço de extensão rural para executar suas políticas públicas para o setor, mesmo quando entre estas políticas, contraditoriamente se

encontrasse programas voltados para o público de baixa renda, porém sem permitir o planejamento de baixo para cima.

Esta teria sido a grande oportunidade da democratização do serviço de extensão rural brasileiro, não permitida pelo governo e nem forçada pelo público alvo, por falta de força organizativa, também não permitida por este mesmo sistema político.

Esta falta de participação teve resultados efetivos na execução dos diversos projetos executados pela ACAR/EMATER-MA, enquanto atuou no Maranhão.

Observa-se que os projetos estabelecidos de cima para baixo, não evoluíram convenientemente, enquanto que outros projetos eventualmente desenvolvidos com o apoio dos produtores familiares desenvolveram-se satisfatoriamente, tais como: Projeto FAO/ANDA/ABCAR que vigorou entre os anos de 1973 e 1974, sem que tenha atingido os objetivos desejados, o Projeto Multiplicadores Rurais, entre os anos de 1980 a 1986, que também não se estabeleceram definitivamente no meio rural, ao contrário de projetos exitosos que tiveram rápida e definitiva evolução, exatamente por ter recebido a participação dos produtores rurais, tais como os projetos de incentivo à produção de tomate e de abacaxi.

6.3 A ACAR-MA capacitava melhor que a EMATER-MA

Fazia sentido a imagem de competência, reconhecida pelo público das comunidades trabalhadas com relação ao corpo técnico da ACAR-MA quando comparada com o conceito dos técnicos da EMATER-MA do final dos anos de 1980, fato que se refletia no respeito dispensado pelo público aos técnicos da extensão rural quando comparado os dois períodos.

A atuação da ACAR-MA através de seu corpo técnico junto as comunidades rurais, tanto no que se refere aos aspectos tecnológicos como sociológicos e de comunicação sempre foram considerados como de alto nível. Esta performance se justifica quando se verifica o item capacitação de recursos humanos. Observa-se que no ano de 1973, dois anos antes do advento da EMATER-MA, foram realizados 3,1 eventos de capacitações por técnico, enquanto que no ano de 1979, quatro anos após a mudança, este índice caiu para 0,09. O paralelo pode ser feito também e principalmente no aspecto qualitativo das capacitações. No ano de 1973, observa-se que cinco eventos tiveram carga horária superior a 1 mês, que quarenta e nove eventos tiveram tempo de duração de dois meses (pré-serviço), enquanto que três técnicos faziam mestrado, curso com tempo de 2 anos de duração. Em 1974 82 técnicos

participaram de cursos de pré-serviço, evento de 2 meses de duração de caráter de imersão, onde o extensionista tinha uma visão ampla dos aspectos técnicos, econômicos, sociais e de comunicação, que o deixava apto a assumir com sucesso o comando de uma unidade operativa da ACAR.

Aliás, o extensionista somente podia assumir a responsabilidade do trabalho de campo após realizar o Pré-serviço e ainda um estágio prático de um mês em escritório local. A tendência do processo de capacitação dos recursos humanos da EMATER-MA, através do tempo, foi de reduzir progressivamente, tanto a quantidade dos eventos de capacitação, quanto a qualidade dos mesmos, na medida que restringia tanto o tempo do evento como a gama dos temas abordados, de tal forma que foram praticamente restringidos aos aspectos tecnológicos da produção agropecuária. Este comportamento adotado pela EMATER-MA uma redução progressiva do nível da formação, e, conseqüentemente, do desempenho do quadro técnico da Empresa.

6.4 A Extensão Rural Maranhense não teve o apoio da pesquisa

O projeto original de Extensão Rural nos Estados Unidos pressupunha uma intensa retaguarda tecnológica baseada em pesquisas regionalizadas, elaboradas nas Universidades Rurais constituídas para este fim.

Cada dificuldade técnica apresentada pelo produtor rural americano era considerada pela pesquisa regionalizada que partia em busca de resposta para aquela questão complexa. No caso brasileiro, isto não ocorreu. Primeiro porque a pesquisa não é considerada prioritariamente no Brasil, segundo porque quando esta ocorre não é dirigida para o grande publico e sim para uma minoria que tem condições de utilizar tecnologia de capital que é a tecnologia proposta pelo serviço de extensão oficial desde a sua implantação no País e no Maranhão.

No caso brasileiro, apenas o estado de Minas Gerais dispunha de uma Universidade Rural como retaguarda e mesmo assim como ações dirigidas muito mais para aspectos metodológicos do trabalho de Extensão Rural do que para a pesquisa tecnológica propriamente dita, que foi a Universidade Federal de Viçosa.

A modernização da agricultura, tônica do aumento da produtividade, foi a justificativa utilizada, teoricamente com vistas ao aumento da renda do produtor rural, que em

última análise incrementou a renda do setor secundário e aprofundou as diferenças entre grandes e pequenos de produtores rurais.

Concretamente, no Maranhão, os incentivos dirigiam-se, inicialmente, às culturas não tradicionais cujas pesquisas inexistiam ou se deu em baixíssima escala, principalmente, com relação a pesquisa voltada para a produção familiar.

Presenciou-se a tentativa de introdução de culturas tais como: do caju no ano de 1973 sem nenhum respaldo técnico para a sua exploração especificamente no Maranhão. A introdução da cultura da mamona na região de São João dos Patos, sem pesquisa específica e localizada bem como sem estudo de mercado para os referidos produtos. Falava-se apenas que o óleo de mamona teria aplicação até no fabrico de combustível de foguetes espacial.

A introdução da cultura do sorgo foi outra tentativa vã de diversificar as culturas exploradas no Maranhão, neste caso agravado pelo fato de que a campanha foi lançada quando as roças já estavam plantadas e o improviso era tal que se recomendava plantar nos aceiros das roças uma vez que as mesmas já estavam instaladas.

Desta forma, a extensão rural maranhense durante os 36 anos de existência caminhou sempre ao sabor de definições e decisões tomadas externamente, com referência ao Estado do Maranhão, sem um planejamento e sem respaldo da pesquisa localizada, principalmente voltada para a produção familiar.

6.5 A deficiente infra-estrutura econômica e social do Estado do Maranhão afetou negativamente o desempenho da Extensão Rural maranhense

Comentário comum quando da avaliação dos trabalhos da extensão rural é que não se consegue visualizar o desenvolvimento da comunidade ao longo do tempo, dando a impressão de que todo o trabalho foi inócuo, ou que se necessita de um longo período de tempo para que se faça notar. Diante do fato poderão ser feitas as seguintes análises:

A primeira diz respeito ao próprio conceito de desenvolvimento, quando diz que desenvolvimento é um processo permanente, sempre apresenta novas demandas de maneira indefinida, de tal forma que a comunidade nunca está satisfeita com seu próprio desenvolvimento. Outro aspecto, refere-se à consecução de determinado objetivo, o que sempre exige o alcance de objetivos intermediários, que têm de ser superados até atingir o objetivo maior.

Além desses fatos, é importante notar que a extensão rural é apenas um elemento contribuinte do processo de desenvolvimento, não se constituindo uma panacéia, e seu desempenho depende da eficácia de uma série de outros fatores, tais como, no caso do Maranhão:

A extensão rural maranhense não teria como ser eficaz em sua função de organizar o produtor e a produção numa área onde se verifica forte pressão fundiária, uma vez que a disponibilidade da terra é uma premissa para a produção, sem a qual a ação da extensão rural torna-se bastante dificultada.

O baixo nível de capitalização da maioria dos produtores rurais maranhenses, sempre se constituiu um fator limitante da ação extensionista, que esbarrava no momento do produtor ter que realizar algum investimento ou mesmo algum custeio no curso de seu processo produtivo.

A alternativa do crédito rural nem sempre foi a solução, uma vez que o acesso ao mesmo, até hoje é dificultado ao produtor familiar.

Tome-se por exemplo, a mesma quantidade e qualidade de serviços oferecido pela extensão maranhense, numa área, por exemplo, pertencente a uma cooperativa, onde todos os associados fossem proprietários de terra, capitalizados ou dispusessem de crédito rural, onde a cooperativa realizasse sua própria pesquisa, bem como se os centros produtores fossem facilmente acessados, certamente nestas condições, o serviço de extensão receberia uma avaliação bem melhor que no caso da extensão do Maranhão. Por estes motivos é que se debita a este conjunto de fatores negativos presentes no Maranhão, a grande parte do desgaste do trabalho extensionista na busca da promoção do produtor familiar maranhense, o que em conseqüência comprometeria de forma brutal qualquer avaliação que se tente fazer dos resultados auferidos pela extensão maranhense.

A todos estes fatores, se soma à deficiente infra-estrutura do meio rural, principalmente no que respeita ao acesso rodoviário, eletrificação rural, sem citar as questões da saúde e da educação.

Finalmente, não poderia ser deixado de fora a carência ou inexistência da pesquisa para gerar o produto a ser difundido no meio rural além da baixa disponibilidade econômica e financeira da agência de extensão considerada.

Desta forma, portanto, a ACAR-MA/EMATER-MA, dificilmente teria condições de oferecer uma efetiva assistência técnica e extensão ao meio rural, vindo assim em prejuízo de sua avaliação.

Observe-se que o serviço de extensão rural sempre foi mais exitoso em regiões que ofereceram estas pré-condições.

6.6 A Extensão Rural maranhense não apoiou o produtor familiar quando da reformulação da estrutura fundiária do Estado do Maranhão (Lei Sarney)

A Lei Sarney editada na década de 60 normatizou a comercialização das terras públicas do Maranhão em última análise incentivando à concentração fundiária em prejuízo do produtor familiar posseiros de então, a maioria deles com direito a beneficiar-se da lei do uso capião, em virtude do tempo da posse e das condições do uso. A ACAR-MA/EMATER-MA, não registrou nada que indique um posicionamento de apoio ao produtor familiar maranhense na defesa da manutenção de suas áreas. Os produtores familiares foram expulsos de suas terras sem sequer discutirem a questão. Os técnicos também não tinham a idéia do que estava ocorrendo, limitando-se a cumprir a programação, que por não ser adequada, se mostrava difícil de ser realizada. No ano de 1973, na região de Presidente Dutra vivenciou-se a ação do ITERMA delimitando as terras públicas para venda ao público, sem contudo adequar o processo aos interesses da grande massa de sem terras do Maranhão. Mesmo considerando os títulos de terra distribuídos na oportunidade, os beneficiários imediatamente beneficiados não concretizaram seus intentos de tornarem-se proprietários, em face de suas dificuldades financeiras que não permitia, sequer registrar suas áreas em cartório. No máximo recebiam uma carta do Estado, informando do processo de obtenção da terra, fato que legalmente só lhes davam acesso a pleitearem projetos de crédito rural para custeio.

Saliente-se ainda que dada a pressão exercida pelos posseiros discriminados, exigia que os técnicos do ITERMA executores da discriminatória trabalhassem armados para encarar a revolta dos posseiros. Era a desregulamentação do uso da terra. Outro aspecto a ser considerado, era a qualidade dos solos das áreas distribuídas, que nem sempre ou preferencialmente conforme se deu na maioria dos casos, não eram da melhor qualidade. Além disso, resta a considerar a questão da falta de infra-estrutura das referidas áreas, uma vez que não dispunham de acesso físico que permitisse o estabelecimento do empreendimento agrícola, bem como a ausência da energia elétrica nas áreas que limitava a viabilidade do projeto. Acrescente-se a total carência de ações de saúde e de educação. Somente a ação discriminatória e divisória das terras, beneficiava as pessoas capitalizadas que tivessem condições de com recursos próprios estabelecerem as condições mínimas para realizarem a exploração das áreas.

6.7 A Extensão Rural maranhense, não optou pela sustentabilidade

A ACAR-MA em sua vigência, entre os anos de 1964 e 1974 jamais optou pela sustentabilidade agroecológica.

Somente a partir do ano de 1973, pela primeira vez, a extensão rural maranhense estabeleceu em sua programação, metas referentes à agricultura orgânica, sem contudo, estar voltado para a saúde humana ou referentes à preservação do meio ambiente, mas com vistas exclusivas ao produtivismo.

Neste caso, a programação previa a introdução do uso da adubação orgânica, através da utilização do esterco de gado, unicamente voltada para o aumento da produtividade das culturas tais como, da banana, do caju, de citros, de coco e de olerícolas em geral.

Os alcances neste sentido na década de 70, não ultrapassaram a 275 produtores e a uma área explorada de 414 ha.

A ênfase, neste sentido, foi tão reduzida, que no período entre 1975 e 1983 nenhum resultado foi anotado.

Somente no ano de 1984, através de uma iniciativa pessoal da gerência do projeto multiplicadores rurais, que estabeleceu o enfoque agroecológico na condução do projeto.

Inspirado no II ENCONTRO BRASILEIRO DE AGRICULTURA ALTERNATIVA, realizado em Petrópolis no Rio de Janeiro, a EMATER-MA, através do projeto dos multiplicadores rurais, planejou e executou a I SEMANA DA AGRICULTURA ALTERNATIVA DO MARANHÃO.

Dentro desta ótica, o projeto multiplicadores rurais, estabeleceu um instrumento impresso de comunicação mensal junto aos técnicos locais com o foco voltado para a agroecologia.

Esta iniciativa cessou ainda no ano de 1986, coincidindo com o fim do projeto dos multiplicadores rurais.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Bomtempo, 2000. 249p.
- ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO MARANHÃO (ACAR-MA). **Estatutos** . São Luís, 1972.
- ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO MARANHÃO (ACAR-MA). **Relatório de Atividades**. São Luís, 1972.
- ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO MARANHÃO (ACAR-MA). **Relatório de Atividades**. São Luís, 1973.
- ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO MARANHÃO (ACAR-MA). **Relatório de Atividades**. São Luís, 1974.
- ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO MARANHÃO (ACAR-MA). **Estatutos da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão**. São Luís, 1984.
- BANCO DO BRASIL. O agronegócio brasileiro: desempenho, mercados e potencialidades. **Revista de Política Agrícola**, Brasília, v. 12, n. 4, out./dez. 2004.
- BANDEIRA, Arnaldo et al. **Configurações jurídicas e modelos de gestão das organizações de extensão rural**. Curitiba: ASBRAER, 2005.
- CAMPOS, Raymundo Carlos Bandeira. **Estudos de história do brasil**. São Paulo: Atual, 1999.
- CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e Extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA, 2004.
- CARVALHO, Valter. **Curso sobre organizações de pequenos produtores rurais e seu papel na promoção do desenvolvimento comunitário do meio rural**: Instituto do Homem. São Luis, 1992.
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO MARANHÃO (EMATER-MA). **Relatório da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão**. São Luís, 1976.
- EMPRESA BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL-EMBRATER. **Relatório de atividades**. Brasília, 1978.
- EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO MARANHÃO (EMATER-MA). **Relatório de atividades da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão**. São Luís, 1979.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO MARANHÃO (EMATER-MA). **Estatuto da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão.** São Luís, 1979.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO MARANHÃO (EMATER-MA). Relatório de atividades **da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão.** São Luís, 1980.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO MARANHÃO (EMATER-MA). **Relatório de crédito da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão.** São Luís, 1982.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO MARANHÃO (EMATER-MA). **Relatório de atividades da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão.** São Luís, 1983.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO MARANHÃO (EMATER-MA). **Relatório de atividades da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão.** São Luís, 1984.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO MARANHÃO (EMATER-MA). Relatório de atividades da **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão.** São Luís, 1985.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO MARANHÃO (EMATER-MA). Relatório de atividades da **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão.** São Luís, 1986.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO MARANHÃO (EMATER-MA). Relatório de atividades da **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão.** São Luís, 1988.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO MARANHÃO (EMATER-MA). Relatório de atividades da **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão.** São Luís, 1989.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO MARANHÃO (EMATER-MA). Relatório de atividades da **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão.** São Luís, 1990.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO MARANHÃO (EMATER-MA). Relatório de atividades da **Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão.** São Luís, 1992.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO MARANHÃO (EMATER-MA). **Relatório de atividades da empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão.** São Luís, 1993.

ESTEVA, Gustavo. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FRETEL, Alfonso Coter et al. **O comércio justo e o consumo ético**. 2003. (Série Economia Solidária, 6).

GONÇALVES, Marcos Flavio R. **A intervenção no domínio e seu impacto na organização governamental brasileira**: doutrina, pareceres e atualidades. Rio de Janeiro, jun. 2000.

INDUSTRIALIZAÇÃO da produção leiteira é incipiente no Estado. **Jornal Estado do Maranhão**, Caderno Economia, 1 fev. 2007.

LACROIX, Maria de L. Lauande. **A campanha da produção**: Associação Comercial do Maranhão. São Luis, 2004.

LAGO, Regina T. **Assentamentos rurais no Maranhão**: o que os números não contam. 1998. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, São Luís, 1998.

LEITE et al. Planejamento da Empresa Rural. Módulo 4: ABEAS. Brasília DF, 1999.

MEIRELES, Mário Martins. **História do comércio do Maranhão**. São Luis: Associação Comercial do Maranhão, 1993. v. 4.

NEVES, Delma Pessanha. Anotações de aula-Mestrado de Agroecologia, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1977.

QUEIROZ, Sélvio Soares. **Personalidade jurídica das empresas de ATER ASBRAER**. Cuiabá, 2005.

VEIGA, Sandra Mayrink et al. **Associações**: como constituir sociedades civis sem fins lucrativos. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. (Série economia solidária, 4).

VILELA, Carlos Alberto; RAMOS, Ruy Carlos de Rego Barros; SANTOS, José Gilson dos. Estratégia de implementação da PNATER e sua sustentabilidade. In: CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES DA EXTENSÃO RURAL E DO SETOR PÚBLICO AGRÍCOLA DO BRASIL, 9. Aracaju, 2006. **Caderno de Teses...** Aracaju, 2006.

APÊNDICES

Tabela 1 – Escritório local, municípios e produtores assistidos de 1964 a 1994

Ano	Escritório local	Município	Produtores assistidos
1964	4	4	420*
1965	9	11	1400*
1966	14	16	2380*
1967	18	22	3360*
1968	20	22	3360*
1969	20	22	3360*
1970	21	23	3710
1971	42	70	5.909
1972	64	100	15771
1973	63	120	13987
1974	63	120	9398
1975	66	120	9060
1976	72	129	7093
1977	74	117	11825
1978	80	115	28467
1979	100	122	53484
1980	101	122	85049
1981	98	119	66.556
1982	97	121	56.649
1983	100	122	47162
1984	102	122	55.706
1985	114	122	44.703
1986	115	124	37.648
1987	128	124	33.415
1988	133	129	36.640
1989	132	129	12.172
1990	146	136	32.906
1991	133	136	63.039
1992	123	136	81.337
1993	126	136	83.096
1994	126	136	_____

* Valores estimados

Tabela 2 - Participação percentual dos produtores familiares assistidos de 1980 a 1993

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Produtores assistidos (%)	79,0	80,0	88,0	93,0	88,5	92,0	94,0	95,0	96,0	98,5	98,8	90,0	90,0	89,8

Tabela 3 -Evolução do percentual de participação financeira pelo estado do Maranhão de 1981 a 1993

Ano	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993
Participação financeira (%)	33,20	23,10	34,50	24,70	33,20	13,30	—	30,60	—	85,00	85,70	95,30	96,50

Tabela 4 - Planos elaborados, planos aprovados, período 1972 a 1986

Ano	Planos elaborados	Planos aprovados	Valores
1972	4.052	2.332	22.338
1973	2.641	2.641	39.577
1974	4.822	3.320	52.634
1975	—	—	—
1976	—	2.449	188.105
1977	—	—	—
1978	—	—	—
1979	—	4.077	496.361
1980	—	7.956	1.557.273
1981	—	7.825	1.875
1982	—	3.256	1.492
1983	—	698	1.357.300
1984	—	400	1.985
1985	—	445	10.358
1986	—	995	74.563

Tabela 5 - Produtores assistidos com pecuária de 1972 a 1992

Ano	Gado de corte	Gado de leite	Aves	Bufalos	Caprinos	Suíños
1972	6179	3100	1025	48	—	—
1973	1728	280	48	—	—	—
1974	—	—	—	—	—	—
1975	—	—	—	—	—	—
1976	—	—	—	—	—	—
1977	—	—	—	—	—	—
1978	—	—	—	—	—	—
1979	—	—	—	—	—	—
1980	—	—	—	—	—	—
1981	—	—	—	—	—	—
1982	—	—	—	—	—	—
1983	—	—	—	—	—	—
1984	—	—	—	—	—	—
1985	—	—	—	—	—	—
1986	—	—	—	—	—	—
1987	—	—	—	—	—	—
1988	—	—	—	—	—	—
1989	—	—	—	—	—	—
1990	—	—	—	—	—	—
1991	—	—	—	—	—	—
1992	5100	1050	410	—	580	1645

ANEXOS

ANEXO A - Tabelas Brasil – Evolução da produção de grãos no Brasil 1965 a 2004 (em milhões de t) e Área e produção de arroz do estado do Maranhão de 1949 a 1957

Tabela 1 - Brasil – Evolução da produção de grãos no Brasil 1965 a 2004 (em milhões de t)

Grãos	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995	1999	2000	2001	2002	2003	2004 ¹	Var. %p ₂	Part. % ₀₄
Soja	0,00	5,01	9,89	15,16	18,30	19,90	25,58	30,76	32,34	38,43	41,92	52,01	49,78	893,60	41,70
Milho	12,11	14,11	16,30	20,40	22,01	21,34	36,28	32,39	31,68	42,28	35,28	47,41	42,16	248,10	35,30
Arroz	7,58	7,17	7,78	9,77	9,02	7,42	11,23	11,58	11,42	10,38	10,63	10,37	12,81	69,00	10,70
Trigo	0,58	2,03	1,79	2,70	4,32	3,09	1,52	2,40	1,66	3,19	2,91	5,85	6,07	946,60	5,10
Feijão	2,29	2,23	2,28	1,97	2,55	2,23	2,91	2,89	3,09	2,59	2,98	3,20	3,03	32,30	2,50
Algodão															
Caroço	1,98	1,04	1,33	1,44	2,67	1,30	0,76	0,93	1,18	1,52	1,24	1,36	2,04	3,00	1,70
Sorgo	0,00	0,25	0,20	0,18	0,27	0,24	0,26	0,62	0,78	0,89	0,79	1,69	1,96	684,00	1,60
Outros	0,00	0,00	0,13	0,10	0,32	0,36	0,28	0,86	0,92	0,98	1,01	1,28	1,45	1015,40	1,20
Total	25,10	32,58	38,08	49,97	56,19	56,49	79,65	82,43	83,03	100,27	96,76	123,17	119,30	375,30	100,00

¹ Previsão Conab (2004).

² Var. % P = Variação Pontual %

Fonte: IBGE (1965-2003) e CONAB (2004). (IBGE, 1970, 1975, 1989, 1995).

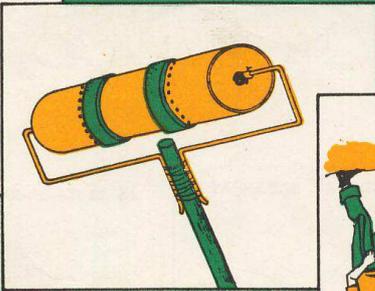
Tabela 2 - Área e produção de arroz do estado do Maranhão de 1949 a 1957

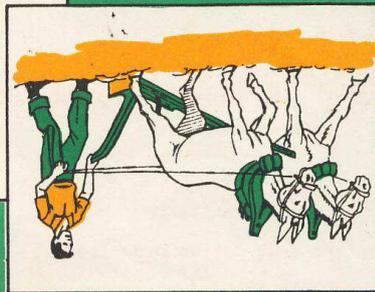
Ano	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Área (ha)	82.913	91.727	138.516	153.850	167.392	191.147	204.305	200.978	217.636	209.548
Quantidade de arroz produzido (t)	94.285	115.954	105.709	495.325	201.035	244.911	262.760	250.101	279.602	250.852

ANEXO B – Folder da I Semana da Agricultura Alternativa do Maranhão

**I Semana
da Agricultura
do Alternativa do
Maranhão**

25 a 28 de Junho de 1984
Auditório da EMATER-MA





promoção

SECRETARIA DE AGRICULTURA DO ESTADO DO MARANHÃO

coordenação

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL
DO ESTADO DO MARANHÃO - EMATER-MA

participação

SISTEMA ESTADUAL DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE RECURSOS NATURAIS
ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS
DO MARANHÃO



ESTADO
DO
MARANHÃO
GOVERNO
LUIZ ROCHA
VAMOS GOVERNAR JUNTOS

produção:
EMATER-MA - 06/84 - 400

PROGRAMAÇÃO

I SEMANA DA AGRICULTURA ALTERNATIVA DO MARANHÃO.

DATA DE REALIZAÇÃO

25 a 28 de junho de 1984

LOCAL

Auditório da EMATER-MA

OBJETIVOS

- Despertar a comunidade para a necessidade da Agricultura Alternativa visando principalmente o produtor rural de baixa renda
- Integrar as programações dos órgãos ligados ao setor primário no âmbito da Agricultura Alternativa
- Organizar uma comissão permanente para estudar e divulgar o assunto a nível de Estado.

PROGRAMA

DIA 25 (2ª feira)

15:00 HORAS: ABERTURA

16:30 HORAS: ALTERNATIVAS PARA A PRODUÇÃO FAMILIAR DE HORTALIÇAS, FRUTEIRAS E APICULTURA.

- Professor Warwick Estevam Kerr; Chefe do Departamento de Biologia da Universidade Federal do Maranhão.

DIA 26 (3ª feira)

15:00 HORAS: MÉTODO BIOLÓGICO DE RECUPERAÇÃO DA FERTILIDADE DO SOLO.

- Engª Agrª Valmira Vieira Mecnas; Assessora Chefe da Secretaria de Recursos Naturais do Maranhão SERNAT.

16:30 HORAS: CONTROLE DA EROSIÃO DO SOLO.

- Engª Agrª Flavio Pomar de Andrade; Professor de Fertilidade do Solo da UEMA.

DIA 27 (4ª feira)

15: HORAS: OS DEFENSIVOS ALTERNATIVOS E SEU USO.

- Engª Agrª José Peregrino Araújo Dias; Gerente do Programa Multiplicador Rural da EMATER-MA.

16:30 HORAS: DIFUSÃO DE TECNOLOGIAS ADAPTADAS.

- Engª Agrª José Maria Costa Gerente do Projeto CDTA da EMATER-MA.

DIA 28 (5ª feira)

15: HORAS: MÉTODOS ALTERNATIVOS DE IRRIGAÇÃO A BAIXO CUSTO.

- Coordenadoria do PROVÁRZEAS do Maranhão.

16:30 HORAS: BIODIGESTOR E BIOFERTILIZANTES

- Engª Agrª José Geraldo de Góes Fonseca.

18:00 HORAS: ENCERRAMENTO

PROMOÇÃO: - Secretaria de Agricultura do Estado do Maranhão - SAGRIMA

COORDENAÇÃO: - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Maranhão - EMATER-MA.

PARTICIPAÇÃO: - Sistema Estadual de Agricultura e Abastecimento

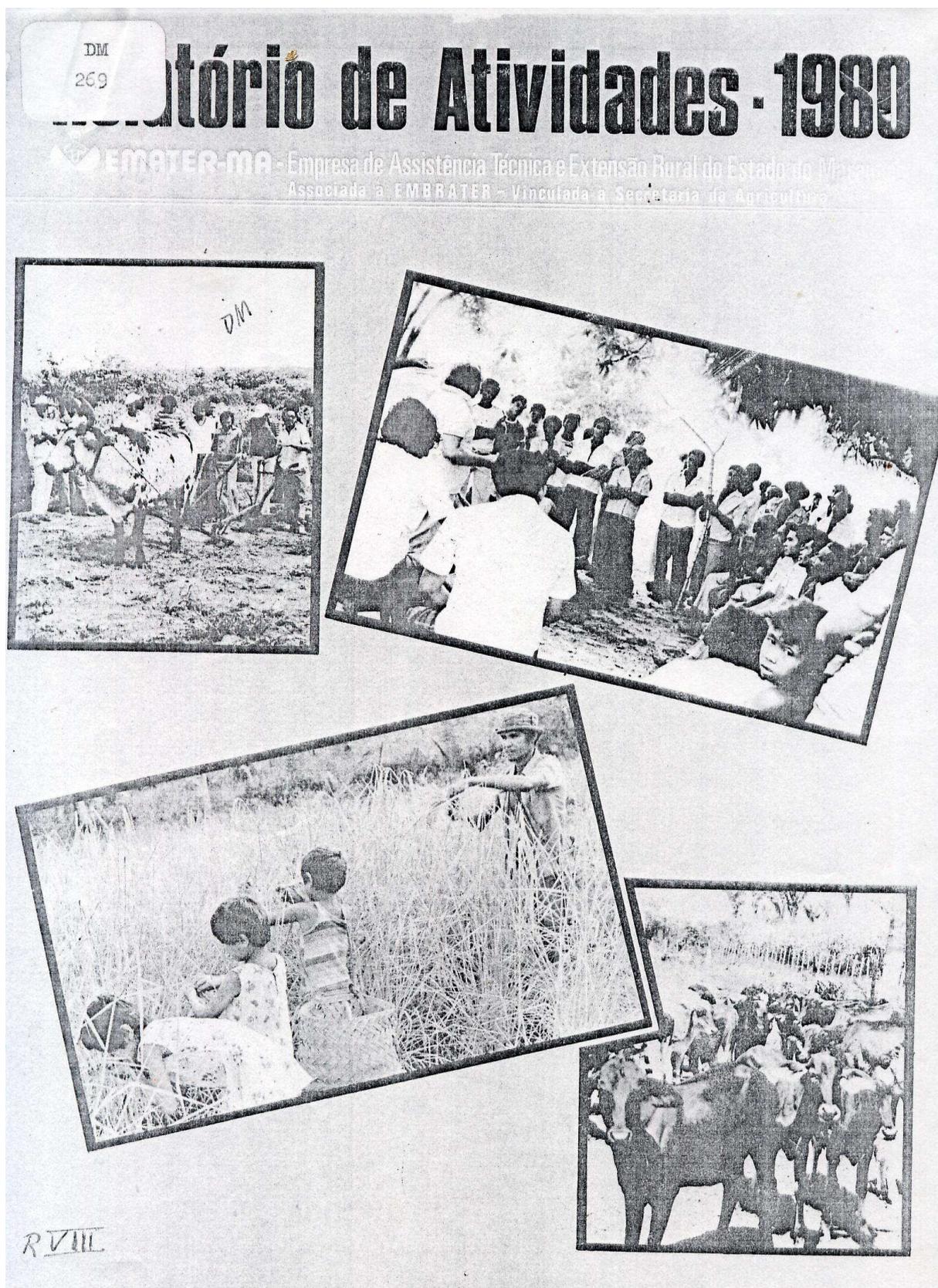
- Secretaria de Recursos Naturais - SERNAT

- Associação dos Engenheiros Agrônomos do Maranhão - AEAM.

ANEXO B – Capa do Relatório de Atividades de 1972 da ACAR-MA



ANEXO C – Capa do Relatório de Atividades de 1980 da EMATER-MA



ANEXO D – Capa do Relatório de Atividades de 1993 da EMATER-MA

